



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**TRANSCRIÇÃO DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA,
REALIZADA PELA COMISSÃO POLÍTICA SOCIAL E
SAÚDE, PARA A APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015 DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE, AOS 21 DE MARÇO DE 2016,
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H30, NA SALA SYLVIA
PASCHOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, À
AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO MANGE, Nº 66.**

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvania Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

COMPOSIÇÃO DA MESA

| | |
|-------------------------------------|--|
| SR. VEREADOR GILBERTO VERMELHO | PRESIDENTE |
| SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI | VICE-LÍDER DE GOVERNO |
| SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA | DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |

VEREADOR PRESENTE

SR. VEREADOR TICO COSTA

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

ASSESSORES E DEMAIS PRESENÇAS

| | |
|--|---|
| SR. JARBAS ALBAMONTE DO AMARAL | ASSESSOR DO SR. VEREADOR ARTUR ORSI |
| SRA. JOANA JÚLIA DE REZENDE TRIPOLONI | CONSELHEIRA DE SAÚDE DO DISTRITO NORTE |
| SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA | DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS |
| SR. LÚCIO RODRIGUES | ASSESSOR DO SR. VEREADOR CARLÃO DO PT |
| SR. LUIS CARLOS MOREIRA MIRANDA | ASSESSOR DO SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO |
| SR. PAULO TAVARES MARIANTE | PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| SR. ROVERSON ANTONIO PENTEADO CARDOSO | ASSESSOR DO SR. VEREADOR ANDRÉ VON ZUBEN |
| SRA. SHEILA CARMANHANES MOREIRA | ASSESSORA TÉCNICA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Bom dia a todos. Hoje, segunda-feira, dia 21 de março, estamos aqui para a Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2015.

Quero agradecer a presença aqui conosco do Vereador Marcos Bernardelli, vice-líder do Governo; agradecer a presença do nosso Secretário de Saúde, dr. Carmino Antonio de Souza; agradecer o Reinaldo Antonio de Oliveira, Diretor do Fundo Municipal de Saúde; agradecer a Sheila, que é do DGDO, Departamento de Gestão de Desenvolvimento Organizacional; o Luis Miranda, aqui representando o Vereador Pedro Tourinho; queria agradecer, também, o Roverson Cardoso, aqui apresentando o Vereador André Von Zuben; agradecer, também, a presença da Joana Júlia, Conselheira do Distrito Norte, obrigado pela presença; a todos que se fazem presentes aqui no Plenarinho, a todos que nos acompanham pela TV Câmara.

Cumprindo com a obrigatoriedade constitucional do artigo 12 da Lei Federal 8.689 de 1993, do artigo 31 da Lei Complementar 141 de 2012, em que a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, periodicamente vem apresentar a esta Casa, os relatórios que comprovam as aplicações dos recursos na área da saúde. Os dados apresentados são extraídos por parte dos balancetes financeiros da Prefeitura Municipal e com parte dos financeiros de caixa.

Então, nós temos aqui, então, nesse momento... vamos iniciar essa audiência, 6ª Audiência Pública, onde o Reinaldo vai fazer as apresentações. Não é, Reinaldo?

Então, passamos... O Reinaldo, ele que é do Conselho do Fundo Municipal de Saúde, para que possa iniciar as apresentações agora, nesta manhã, aqui na Câmara Municipal.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Obrigado, Vereador Gilberto Vermelho, Vereador Marcos Bernardelli, o Secretário; todos os presentes aqui, que vão acompanhar a nossa prestação de contas; os telespectadores que estão nos acompanhando pela TV.

Vamos iniciar, então, a apresentação, como o Vereador Gilberto Vermelho disse, cumprindo a Emenda Constitucional 29, de 2000. E a Lei Federal 141, que complementa a essa necessidade de apresentação, aonde determina 15% de recurso na Saúde, e através da nossa lei orgânica então esse valor eleva à 17% o mínimo de aplicações de recursos próprios na Saúde, recursos do município.

A base de cálculo, a gente sempre divulga as despesas de acordo com a lei, quais são as receitas que compõem esse valor da Prefeitura para atribuir então o mínimo em aplicação. Então nesse valor, do ano de 2000[*sic*] foram R\$ 2.771.323.000.

Eu queria fazer só um complemento aqui, que houve um aumento aqui de 2,13%, nós estamos fechando o ano de 2015, então, com relação a 2014, houve um incremento de 2,13%. Isso baliza um pouco a nossa apresentação, se a gente considerar, por exemplo, que o dólar teve um aumento de 46%, dólar esse que é um indexador em muitos insumos de saúde, principalmente medicamentos. E a inflação IGP-M 10,54%, INPC 11,28%, IPCA 10,70%, então índices bastante elevados com relação ao aumento das receitas, isso impacta diretamente nas despesas.

Então aqui que compõe as nossas despesas, o IPTU é a nossa maior arrecadação, R\$ 461 milhões, desculpa, é R\$ 466 milhões, a maior é o ISSQN, R\$ 697 milhões; o ICMS, R\$ 839

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

milhões; O IPVA, R\$ 275 [milhões]; esses dois itens aqui, por exemplo, o ICMS subiu 3,06% e o IPVA 3,25%. Isso mostra como no ano de 2015 a economia realmente foi muito dura para os municípios no que diz respeito a sua participação do estado, em 3%, a gente fala de mais de 10% no mínimo de receita, isso é bastante, apesar de no município 11% foram de impostos e taxas. Então o município conseguiu ainda superar algo.

Aqui as despesas, transferências da União, que também não caminharam a contento: na atenção básica nós tivemos R\$ 50 milhões, um aumento de 3,20%; média alta complexidade R\$ 261 milhões, também um aumento de 3,22%; na assistência farmacêutica nós tivemos uma involução de 5% na receita; e na vigilância, recurso da vigilância, 16% a menos do que em 2015.

Então, isso demonstra que também em dois blocos importantes... que tanto na vigilância, vigilância é aonde que a gente recebe os recursos e que são direcionados bem para as questões de dengue, estas coisas, 16% de redução no bloco de investimentos, e 5% na assistência farmacêutica.

Então, com total – com o Estado, R\$ 19 milhões, que é o convênio que a gente tem renovado desde que o Secretário aqui conseguiu, para custeio, um dinheiro importante do Estado – nós tivemos uma arrecadação de R\$ 349,846 milhões.

Aqui estão elencadas as despesas por percentual, então para a gente... nós tivemos em pessoal encargo [de] R\$ 564 milhões, equivale a 50,70%; materiais de consumo, 5%, R\$ 60,951 milhões; prestadores de serviço, 31%... 32%, R\$ 352 mil de gastos; outros serviços, R\$ 129,818 milhões, 11%; indenizações e restituições, num total de R\$ 1.110.402.000. Com indenizações, obras e investimentos, esse valor superou R\$ 1,113 bilhão; com o repasse do Mário Gatti, e gastos com material permanente, R\$ 40.834.000. Então o total de gastos com a Saúde no Município no ano de 2015 foi [de] R\$ 1.154.013.000.

[referindo-se a slide] Essa pizza demonstra bem os nossos gastos, que estão centrados em Despesas de Pessoal, Prestadores de Serviço e Materiais de Consumo.

Aqui a gente demonstra a relação, o aumento que teve 2014 para 2015. Encargos foi [de] 9,24%, basicamente o valor atribuído da folha do nosso dissídio coletivo. Consumo: 13% de aumento. Prestadores: 9%, 9,45%, caminha muito no que diz respeito ao aumento do acordo coletivo, porque o maior gasto com prestadores, ele está centrado em folha de pagamento, então se a gente pegar os hospitais então caminha muito paralelo. Em Outros Serviços: 24%. Aqui tem um aumento bastante importante, aqui a gente tem as despesas, todos os contratos que estão juntos na Diretoria Administrativa: contratos de manutenção, contratos de trabalho da dengue, nebulização, isso está aqui dentro, então demonstra que os valores são bastante substanciais aqui, o aumento percentual.

Aqui nós estamos apresentando as despesas por suas respectivas fontes. Então na Despesa de Pessoal, R\$ 564 milhões: R\$ 10,800 milhões com recursos federal; o restante todo com recurso próprio, do Município. Materiais de Consumo: dos R\$ 60 milhões, R\$ 22 milhões com recurso federal e R\$ 34 milhões com recursos próprios; do estado, R\$ 3 milhões. Prestadores Conveniados: dos R\$ 352,311 milhões gastos com convênios, R\$ 89 milhões – ainda um valor bastante significativo que o Município tem que participar para atender a média e alta complexidade, a hospitalização no município, 80, quase R\$ 90 milhões; R\$ 244 milhões, os

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

recursos federais; e R\$ 17,600 milhões com recursos do estado. Em Serviço de Convênio: R\$ 122 milhões com recurso próprio, R\$ 4 milhões com recursos federais, R\$ 1 milhão, estadual. Administração do Mário Gatti: R\$ 2 milhões de recurso próprio, R\$ 37 milhões de recursos federais, e R\$ 254 [mil] com recursos gerados dentro da própria administração do Mário Gatti.

Só lembrando que o Mário Gatti, R\$ 40 milhões aqui é para custeio, uma vez que a folha do Mário Gatti está lá em cima, R\$ 152 milhões, que está dentro do total da folha de R\$ 554 milhões do município. Num total então, Restos a Pagar do ano de 2015 foi R\$ 66 milhões. Assim se compõem então todas as despesas com suas respectivas fontes nas despesas gastas com o Município: R\$ 1,154 bilhão.

[referindo-se a slide] Essa é a pizza que a gente demonstra isso, para ficar bem claro que essas despesas estão 69, quase 70% com recursos próprios, e 27% com recursos federais. Isso diminuiu... aumentou um pouco o recurso próprio com relação a 2014 e diminuiu um pouco, então, o recurso federal.

Com Prestadores a gente tem aqui apresentação, as suas respectivas fontes: APASCAMP, APAE, Casa da Criança Parálitica, Fundação Síndrome de Down, esses são todos com recursos federais, não tem aporte de recursos próprios.

Já o Grupo Vida tem R\$ 204 mil recurso federal, R\$ 350 mil recurso próprio. Casa de Saúde: R\$ 1,351 milhão, recurso federal; R\$ 1,296 milhão, recurso próprio. Maternidade: dos R\$ 30,424 milhões, R\$ 27 [milhões] [de] recurso federal; e quase R\$ 3 milhões, recurso próprio. Beneficência Portuguesa, R\$ 9,278 milhões: nós tivemos participação federal de R\$ 7,200 milhões, R\$ 913 mil recurso próprio, R\$ 1,143 milhão de recursos estaduais. Saúde mental, R\$ 62 milhões gastos no Cândido Ferreira: R\$ 40 milhões, recurso federal; e R\$ 22 [milhões], recurso próprio.

A PUC e a SPDM – os dois maiores convênios. A PUC: R\$ 109 milhões gastos: R\$ 86,700 milhões, recursos federais; e R\$ 22,500 milhões; recurso próprio. Na SPDM, R\$ 127,330 milhões: R\$ 73 milhões com recursos federais: R\$ 38,600 [milhões], recurso próprio; R\$ 15,200 milhões recurso do Estado.

Com a transferência do Mário Gatti, R\$ 40 milhões.... então a aplicação foram R\$ 393 milhões aplicados com convênios, não é? R\$ 282 milhões de recurso federal, R\$ 92 milhões de recurso próprio e R\$ 17 milhões recursos estaduais.

As despesas totais gastas do município: R\$ 805 milhões. Pelas receitas constitucionais, assim determinadas na lei emenda constitucional, nós tivemos uma aplicação de 29,08% de recursos próprios no município. E isso aí tem o nosso quadro, a gente no primeiro, segundo quadrimestre de 2015 chegamos a 26%, imaginávamos chegar próximo aos 28% e ultrapassar. Quando a gente apresentou aqui no segundo quadrimestre, a gente estimava chegar pouco mais de 28%, próximo aos 28%, e ultrapassamos os 28%, chegando a 29,8% de aplicação de recursos próprios.

O orçamento caminhou então dessa maneira. No início de 2015 nós tínhamos um orçamento de R\$ 774 milhões de recursos próprios, fechamos com R\$ 826,780 milhões, e temos uma projeção para 2016 de R\$ 861,477 milhões.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Federal, nós tínhamos uma estimativa de R\$ 318 [milhões], fechamos com R\$ 324 [milhões], e estamos projetando 2016 para R\$ 339 [milhões]. O Estado R\$ 21 [milhões], fechamos com R\$ 28,600 [milhões], e estamos projetando R\$ 29 [milhões]. E a saúde própria, os recursos próprios do Município, R\$ 2,070 milhões, fechamos com R\$ 3,300 milhões, e projetamos R\$ 3,385 milhões para 2016. Em um total então de R\$ 1,115 bilhão, que era então o nosso orçamento inicial. Nós fechamos 2015 com R\$ 1,183 bilhão, e estamos projetando um orçamento na ordem de R\$ 1.232,770 milhões.

Desde que a emenda constitucional atribuiu um percentual mínimo para a saúde no ano de 2000, a gente pode verificar aqui que 29,8% foi a maior participação do Município, de recurso do Município para a saúde, recursos próprios do Município, ultrapassando todos os anos desde que esse índice começou a ser acompanhado. O nosso orçamento demonstra um orçamento evolutivo, como deve ser mesmo para 2016, e como nós fechamos 2015.

Aqui nós fizemos um levantamento, porque muito do que a gente aplica no município em obras e equipamentos, principalmente equipamentos de saúde, não equipamento físico, mas equipamento, não demonstra lá. Mas em 2015, o Secretário vai até dizer um pouco, nós tivemos algumas unidades importantes, obras finalizadas. Por exemplo, o Oziel com recurso de TAC, isso não é contabilizado, porque é um termo de ajuste de conduta, então uma empresa é quem faz.

Tivemos também a reforma no Santa Bárbara, uma TAC, Farmácia Popular, Base Descentralizada do SAMU, Centro de Saúde do Centro, são reformas, adequações nos imóveis, Barão Geraldo, União de Bairros, Santa Lúcia, Carlos Gomes, Centro de Saúde São Quirino, Centro de Saúde Boa Esperança, Centro de Saúde DIC III, Conceição, Distrito Saúde Leste – esse é o do próprio distrito – e Pronto Atendimento São José.

Aqui são adequações importantes que foram feitas, e onde que demonstra, onde que está aquela despesa em 22%, aquele crescimento que houve em contratos.

Aqui nós temos obras em andamento, com previsão de entrega até 2016: o Raposo do Amaral; o Centro de Saúde Capivari; uma TAC para o Campo Grande – que vem sendo executada e está com previsão de término até o primeiro semestre –; 31 de Março; Taquaral; manutenções importantes no Valença; no Paranapanema; na Vila Rica; no Centro de Saúde Florence; no Pronto Atendimento do Anchieta, que também está sendo executado; na Policlínica, no Guanabara; no CAPS I, no Noroeste; no Centro de Saúde São José; no Centro de Saúde Lisa; e uma manutenção importante que foi feita, uma adequação no Laboratório Municipal.

Ainda queremos mostrar para todos que tem o Projeto “Saúde em Ação” do BID, que tem obras, projetos em fase de elaboração, e que também vão dar um grande avanço para a saúde no município, que é construção do Perseu Leite, do Satélite Iris, do Santos Dumont, do DIC IV [sic], do Satélite Iris II – DIC VI, desculpa – do Nova América e do Centro de Saúde Florence.

E nós temos mais 13 reformas ainda. Prazo aproximado de 3 meses para a conclusão do processo licitatório, que essas são: reformas no São Quirino, Conceição, Costa e Silva, Aeroporto – ampliação, além de ser reforma, também é ampliação –, São Cristóvão, Esmeraldina, São José, Floresta, Ipaussurama, Integração, Boa Vista, CAPS Infantil e CAPS Noroeste.

Com tudo isso, acho que a saúde tem ainda... vem trilhando um caminho bastante exitoso, mas também tem algo muito importante para complementar nos próximos anos com esse projeto

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

da "Saúde em Ação".

[referindo-se a slide] Aqui estão os contatos para todos, do Fundo Municipal. E eu encerro a minha apresentação. Não sei se deixamos as perguntas para depois, ou como o Vereador quer conduzir a sessão.

Agradeço a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, Reinaldo. Eu quero aqui cumprimentar, agradecer a presença aqui do Vereador Tico Costa. E agradecer também a presença do Paulo Mariante, Presidente do Conselho Municipal de Saúde; o Jarbas Amaral, representando também aqui o Vereador Artur Orsi.

Nós vamos explanar um pouquinho a questão da prestação de contas. E eu vou passar a palavra agora para o nobre Secretário, já agradecendo a presença do dr. Carmino, para que ele possa fazer alguns comentários a respeito da prestação de contas das obras, que, eventualmente, estão em pleno andamento.

Depois, passo a palavra para o Vereador Marcos Bernardelli, representando aqui a liderança do Governo, e depois eu abro a palavra aos senhores e senhoras que queiram se manifestar aqui no plenário.

Então, passo agora a palavra para o Secretário Dr. Carmino, para que o senhor possa usar a palavra.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Preciso de um computador aqui.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Nós vamos preparar aí o computador, e daqui a pouquinho nós abriremos as perguntas, então.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Vereador Gilberto Vermelho, Presidente da Comissão de Saúde; ao Vereador Marcos Bernardelli; ao Vereador Tico Costa, que está aqui presente; a todos os presentes; o Paulo, do Conselho Municipal.

Isso vai ser apresentado, acho que na próxima quarta-feira, em uma sessão ordinária do Conselho, esses resultados.

Eu acho que a gente pode fazer a apresentação e depois fazer uma discussão mais ampliada. Mas, eu queria ressaltar o esforço financeiro que o Município fez em relação à saúde.

Acho que esse número de 29%, um pouco mais de 29% de aplicação na saúde mostra primeiro um grande empenho; segundo, mostra que nós chegamos em um certo limite de aplicação em saúde, porque é muito difícil ultrapassar essa linha dos 29%, 30%, sem comprometer o restante da administração do município.

Então é um valor expressivo, nós vivemos uma crise econômica importante, o Reinaldo mostrou aí que o crescimento da arrecadação municipal foi abaixo da inflação, ou eventualmente até negativo do ponto de vista nominal, e acho que a gente tem que ficar bastante preocupado com o momento e fazer todo esforço para que a gestão seja a mais controlada possível, no sentido de compatibilizar a disponibilidade de recursos sem causar um problema.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Lembrar que um efeito periférico da crise, que é perverso, é que muitas pessoas acabam perdendo os seus planos de saúde e isso aumenta a demanda por um sistema único, e nós vamos cuidar das pessoas, o nosso trabalho é sempre cuidar das pessoas, independente do que aconteça, mas isso implica em um empenho muito grande, financeiro. Felizmente nós estamos tendo um ano mais sereno em relação ao problema das arboviroses, em termos de consumo, a gente sabe que o custo de uma epidemia como foi do ano passado é um custo muito grande. A gente não tem avaliação precisa, mas no mínimo R\$ 30 milhões no sentido de fazer esse enfrentamento.

[referindo-se ao computador] Qual é a flecha que eu uso, por favor?

Eu queria em primeiro lugar agradecer a presença da Sheila, em nome meu e do Departamento de Gestão – DGDO que fez toda essa, digamos, essa apresentação, essa juntada de todos os dados. E eu vou fazer alguns comentários e a gente pode...

Aqui tem muitos dados que são dados históricos, para que vocês tenham uma ideia de como a gente evoluiu ao longo desses indicadores que vão ser mostrados, a gente vai apresentar alguns indicadores técnicos, e vamos mostrar a evolução desses indicadores ao longo do ano passado, que é onde nós estamos prestando conta.

Então o primeiro indicador é a cobertura populacional estimada pelas equipes da saúde da atenção básica. Vocês veem aí que essa cobertura, ela veio crescendo nos últimos anos, ela saiu de 30% em 2010 e atingimos no último trimestre de 2015 55%. É um número extremamente importante... Eu queria lembrar que o Prefeito, no seu plano de governo, tinha colocado em uma meta de aproximadamente 150 equipes da saúde da família, isso já foi superado, e nós hoje temos 181 equipes de saúde da família, e a ideia é ainda avançar um pouquinho. A Câmara nos deu a autorização o ano passado de aumentar o número de agentes comunitários de saúde, a gente aumentou num número em torno de 250 no ano passado, recompusemos alguns que tinham saído, então foram 225 novos e mais 50 que estavam anteriormente, e isso fez com que a gente pudesse ampliar esse número de equipes da saúde da família. Então esse é um dado bastante importante que está colocado aí e que é um dado histórico a partir de 2010, mostrando o aumento e o compromisso, deixar bem claro, com o Programa da Saúde da Família no nosso Município, na nossa Secretaria.

Esse é um outro dado bastante importante que é...

[referindo-se à apresentação] Eu acho que pulou demais isso.... Ou é esse mesmo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É esse mesmo. Que é a proporção de exodontia em relação aos procedimentos. Nós tínhamos um indicador, que era da ordem de 8%, esse indicador foi mantido.

Eu queria lembrar que um dos indicadores que não estão colocados aqui em relação à saúde bucal, muito importante, é a questão do número de cárie nas crianças do nosso Município. O número de cáries das crianças do nosso Município, ele se reduziu, em 15 anos, de 11 para 0,7 – 0,7. Isso se deve a vários fatores, mas acho que dois fatores são fundamentais: um é fluoretação da água, que sem dúvida nenhuma... teve um trabalho muito bonito do Conselho de Odontologia

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

que mostrou os municípios... praticamente todos os municípios do estado São Paulo têm uma fluoretação, mas essa fluoretação ideal não é em todos os municípios, e Campinas está dentro desse grupo de municípios onde a fluoretação da água é bastante... de qualidade muito boa, bastante adequada e isso fez... e o segundo motivo, a meu ver, é um trabalho um pouco compartilhado entre a Saúde e a Educação no sentido da escovação, dos cuidados higiênicos com limpeza, e nós todos os anos, nós compramos milhares de escovas de dente, eu acho que em torno de 70 mil, entre 70 e 100 mil escovas de dente, que vão para a nossa rede de educação e lá é feito o treinamento, vão pessoas da Saúde, dentistas ou pessoas da saúde bucal nas unidades em que faz esse treinamento. Então isso fez com que a gente tivesse indicadores.

Eu acho que no horizonte de tempo que eu não sei, mas a gente sai de uma geração onde a perda de dente era muito comum, eu sou dessa geração, e estamos caminhando para uma geração onde as pessoas preservarão seus dentes, e mais do que isso, terão outros cuidados.

Nós estivemos semana passada com o Prefeito no ACDC e estamos gestando um convênio onde a gente possa ampliar algumas atividades que são extremamente importantes para as pessoas mais idosas, por exemplo, como a implantodontia, que nós hoje não temos na nossa rede. Algumas áreas... nós estamos terminando a primeira parte da reforma lá do PA Campo Grande. E duas novidades que o PA Campo Grande terá, são duas novidades: uma ligada ao laboratório de emergência, que vai dar suporte à estabilização dos pacientes, mas uma novidade importante é uma área para assistência odontológica, então vai ser um PA que vai ter assistência odontológica, e isso é uma coisa importante dentro do programa de saúde mental[*sic*].

Em relação ao SAMU, as metas foram cumpridas, de atendimento, mas eu queria dizer que no final do ano 2015, o Prefeito autorizou uma recomposição de pessoal do SAMU, que foi uma coisa muito importante. O SAMU, ele veio perdendo condutores e teve uma determinação do Ministério da Saúde de que o profissional que vai dentro da ambulância obrigatoriamente tem que ser de nível superior, tem que ser um enfermeiro de nível superior, não pode ser um técnico de enfermagem como historicamente era feito. Então isso nos obrigou a fazer uma convocação muito importante de condutores e de enfermeiros para atender o SAMU. Isso foi feito no finalzinho do ano passado. Essas pessoas já entraram, a grande maioria já está trabalhando, e acho que isso vai dar um alívio muito grande ao SAMU.

O SAMU tem alguma coisa em torno de 15 ambulâncias, que giram uma quantidade imensa de quilômetros, cada ambulância é um negócio impressionante. Para vocês terem ideia, a cada 40, 45 dias tem que trocar pneu das ambulâncias, tem que trocar amortecedores, o custo de manutenção dessas ambulâncias é impressionante de tanto que elas rodam. E nós tínhamos um problema muito sério em relação às horas extras, principalmente dos condutores, porque esse número se reduziu e eles estavam fazendo uma quantidade muito grande de horas extras e isso, obviamente, não é bom, e acho que agora foram, se eu não me engano, foram 47 condutores que foram convocados para trabalhar. Agora isso deve dar um grande alívio.

Um outro indicador é a Promoção Integral à Saúde da Mulher e da Criança com implementação da Rede Cegonha. Nós... acho que Campinas foi o único município do Brasil que aumentou o número de leitos de maternidade, acho que muitos municípios perderam suas maternidades, muitos municípios. E nós aumentamos o nosso leito de maternidade, aumentamos em 15 leitos de maternidade.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

E esse dado que está aqui está ligado à citologia oncótica. Vocês sabem que ainda é o método... Se um dia a vacinação para o HPV der o resultado que todos esperamos, isso vai acontecer em algumas décadas, pode ser que a gente nem precise mais, mas nesse momento e nos próximos anos e décadas, sem dúvida nenhuma, o grande fator de prevenção do câncer de colo uterino ainda é o papanicolau, a citologia oncótica, e isso as nossas metas foram atingidas nesse ano.

Em relação à mamografia também... a questão da mamografia, vocês sabem, a gente acabou de fazer um acordo importante com o Hospital de Câncer de Barretos. Então ao longo desse ano de 2016, além dos equipamentos fixos de mamografia do município e conveniados, nós ainda teremos duas carretas que vão, de maneira proativa, rodar o nosso município com mamógrafos e com coleta de citologia oncótica no sentido de ampliar, porque ainda que os indicadores sejam razoáveis, talvez esteja... o que ele mostra aqui é que tem mulheres que estão fora. A gente tem que reconhecer que por alguma razão existem mulheres que não fizeram.

Se a gente fizer conta do alvo das nossas mulheres, quantas têm planos de saúde, teoricamente, quantas dependem do SUS, e a gente fizer essa conta pela idade, faixa etária, a gente vai ver que ainda tem mulheres fora. Por que elas estão fora? Não é por disponibilidade da mamografia, porque ela pode programar a mamografia. As pessoas às vezes dizem: "Não, tem 2 mil mulheres na fila". Ok, mas nós fazemos 1,2 mil mamografias por mês. Se você tem 2 mil e tem 1,2 mil fazendo por mês, não há fila. E se houver uma... se houver uma necessidade de hoje para amanhã, a mamografia será feita.

Então a mulher pode programar isso, e a gente, quando chega no Outubro Rosa, a gente sempre fala: "Não é para fazer no Outubro Rosa". O Outubro Rosa é para alertar sobre a importância da mamografia, que ela pode distribuir dentro da sua conveniência ao longo do ano.

Mas de qualquer maneira, a gente entende que a busca ativa para fazer mais mamografia é importante, e as mulheres também precisam participar disso, não ter preconceito em relação à mamografia. Existem questões culturais da mulher, e às vezes do marido, que fazem com que as mulheres não façam sua mamografia. É um exame simples, sem risco, tem um pequeno desconforto que não é nada importante, mas a gente sabe que a cura do câncer de mama, que é a primeira causa de morte na mulher no nosso município por câncer, está muito ligado ao diagnóstico precoce. A gente sempre diz: "Grandes tumores, pequenas cirurgias; pequenos tumores, grandes cirurgias", com a recompensa da cura, não é?

Então acho que a questão do câncer de mama é uma questão importante, relevante, e acho que a gente tem que aproveitar todos os espaços, esse é um deles, para fazer um pouco da nossa solicitação de que as mulheres façam as mamografias.

A proporção de nascidos vivos, nós atingimos a meta de 80%, era a meta prevista dentro do programa da rede cegonha. Aqui nós estamos falando em pré-natal, sete ou mais consultas do pré-natal, 80% fizeram essas sete consultas. Neste momento que nós estamos vivendo o problema do zika vírus há uma apreensão muito maior das mulheres em relação à questão do pré-natal. Acho que isso pode nos ajudar em relação ao pré-natal.

É importante dizer que o ambiente epidemiológico nosso não muda os nossos protocolos, não temos que propor que se faça um ultrassom por mês, ou a cada dois meses. Não, acho que o

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

protocolo que o município tem, que é um protocolo bom, se ele for seguido, não vejo nenhum problema de nós mudarmos esse protocolo. Mas talvez, essa apreensão que está sendo colocada pela imprensa e por todos nós, faça com que as mulheres grávidas realmente cumpram.

E um dos problemas que a gente vai falar um pouquinho daqui a pouco, é a questão da sífilis congênita. Infelizmente, a sífilis congênita, ela aumentou no Brasil inteiro, aumentou no nosso município, como vocês vão ver, e é um problema que nós precisamos enfrentar.

Talvez, o problema da sífilis congênita seja mais sério do que, por exemplo, a questão da microcefalia ligado ao zika vírus, pelo menos no nosso município. Então, a questão da sífilis congênita está muito ligada a uma certa leniência, um certo relaxamento do uso de preservativos.

A gente sabe que sífilis é uma doença causada por uma bactéria que não tem resistência a penicilina. Portanto, nós tivemos falta de penicilina no Brasil, mas não tivemos em Campinas – é bom dizer isso. Nunca faltou penicilina. A gente tinha e tem estoque de penicilina.

Então, não há razão de não se enfrentar esse problema da sífilis congênita. Mas isso depende, de novo, de alguns hábitos que são importantes nos casais, e no pré-natal, a realização do pré-natal, e o tratamento do parceiro.

Porque lembrar que a sífilis é uma doença silenciosa no homem. A fase aguda da doença, você tem o cancro, que é visível. Mas esse cancro desaparece sozinho, independente do que você faz. E o homem passa a ser transmissor, seja pelo sangue, seja pelo esperma, para a mulher. Ele contamina de novo. Então, não adianta tratar a mulher uma vez, duas vezes, dez vezes, se não tratar o parceiro.

Então esse é um assunto importante, que eu acho que a Secretaria vem discutindo: como a gente caminhar no sentido de prevenção.

Aqui são os óbitos maternos anuais. A meta para 2015 é de até cinco. Até cinco. Nós tivemos seis mortes maternas o ano passado. Quer dizer, é um número que a gente gostaria que não fosse esse, que fosse zero. Mas esse é um número que equivale a 35 óbitos para 100 mil nascidos vivos. Lembrar que Campinas nasce, de Campinas, cerca de 15 mil crianças, que são de Campinas, e mais ou menos 20, 21 mil, porque nós temos pessoas de outros municípios que nascem aqui nas nossas maternidades: Caism, Maternidade de Campinas e na rede privada.

Aqui dentro do programa de... a taxa de mortalidade infantil de Campinas é uma das mais baixas do Brasil. É muito abaixo da média nacional. Aqui nós estamos falando em torno de... entre sete, oito por mil. Sete e oito por mil. Esse é um número difícilimo de baixar, porque esse é praticamente o número que você tem nos países do primeiro mundo. Tanto, que a meta é nove. Nós estamos abaixo da meta.

Então, flutuar um pouquinho entre sete, oito e até nove, nos próximos anos, é um número que é muito difícil de baixar, porque essa mortalidade já não diz respeito, digamos, às questões obstétricas habituais, disponibilidade de maternidade, etc. Muitas vezes, essa mortalidade está ligada a problemas graves de saúde no recém-nascido, então: anormalidades congênitas, cardiopatias congênitas, pneumopatias congênitas, agenesias de intestino, e assim por diante. Então são doenças que são imprevisíveis, vamos dizer, e que dificilmente a gente consegue baixar além disso.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Bom, é aquilo que eu acabei de falar, a questão de sífilis congênita. Esse é um problema que o Brasil está apresentando e que está preocupando demais a todos os gestores de saúde, sejam eles municipais, estadual ou federal.

Então, é um alerta que a gente tem que dar. Eu acho que é importante isso aqui. A rede está preparada para fazer diagnóstico, a rede tem tratamento.

Agora, as mulheres precisam fazer o seu pré-natal.

Agora, a sífilis congênita, ela é a ponta de um *iceberg*. Se nós temos sífilis congênita, é porque nós temos sífilis na mulher, nós temos sífilis no homem. E é um assunto que a sociedade tem que discutir e tentar mudar os seus hábitos e tratar, como eu já disse, não só a mulher, mas tratar os seus parceiros.

Bom, a rede de saúde mental... vocês viram agora nos dados que foram apresentadas pelo Reinaldo o empenho que o município tem na rede de saúde mental, vocês viram: só com o Cândido Ferreira mais de R\$ 60 milhões por ano desse convênio. Se a gente colocar com aquilo que nós temos no município hoje, gestão de CAPS, rede de atenção básica, urgência e emergência dentro do SAMU, hoje nós temos acesso, se tiver que estabilizar uma crise, uma agitação psicomotora, alguma coisa, nós temos condição de fazer isso dentro dos programas de emergência. Quer dizer, hoje nós temos uma aplicação orçamentária na área de saúde mental que é invejável, é muito parecido com a aplicação de outros grandes países, principalmente da Europa.

E nós temos devagarzinho recuperado a rede de atenção básica, os CAPS, e nesse novo convênio agora, com o Ouro Verde, e a ampliação de cinco leitos gerais, leitos no hospital geral para atendimento da saúde mental. O Reinaldo também mostrou no Programa de Saúde e Ação tem dois CAPS novos, que estão sendo programados dentro deles; está colocado como reforma, mas na verdade são novos, porque dentro do DETI é um prédio que tem lá que não vai sobrar nada, vai ser feita uma unidade nova de saúde mental.

Então a saúde mental, acho que há um empenho muito grande e, como vocês viram, um empenho inclusive econômico, empenho econômico.

Bom, aqui a taxa de mortalidade prematura, que são as mortalidades hoje abaixo de 70 anos, eu fico alegre de saber que... *[risos]* Abaixo de 70 anos é prematura, que eu estou nesse grupo aí, chegando perto dos 70 *[anos]* daqui a pouco. Mas vocês vejam o seguinte, os dados aí mostram que doença cardiovascular e câncer são as grandes causas de morte no nosso município, seguido de doença respiratória, ainda temos muito resíduo de fumantes, que estão pagando um preço agora, e depois temos diabetes e complicações ligadas a doenças endócrinas.

Nós estamos mais ou menos em um padrão epidemiológico de muitos países do primeiro mundo, a tendência dos vários países de primeiro mundo é diminuir as doenças circulatórias e aumentar câncer como causa de mortalidade. Por quê? Porque avançou muito o tratamento das doenças circulatórias, hoje a colocação de stents precocemente, etc, tem diminuído o número de cirurgias cardíacas e mortes, principalmente mortes agudas por doenças cardiovasculares, então a tendência é aumentar de câncer, e câncer um em cada 2 homens e uma em cada três mulheres têm ou terão câncer, essa é a probabilidade.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Então, a busca incessante do diagnóstico precoce é muito importante, seja para câncer de pele, seja para mama, seja para próstata, que são muito frequentes, para pulmão, principalmente para os fumantes, mas não só fumantes, e assim por diante... câncer de cólon, câncer de pâncreas... A gente tem visto, realmente, que a nossa sociedade, ela, pelo envelhecimento, é claro que as doenças crônicas acabam predominando e câncer é um grande problema. Então a rede de câncer que ainda não está bem estruturada em Campinas, a gente carece de, por exemplo, de um centro integrado de câncer, um só que possa albergar todas as atividades, desde práticas de saúde muito precoce, de hábitos saudáveis de vida, até tratamentos paliativos, isso nós não temos, ainda estamos buscando.

A rede se organizou de algum modo, nós temos essa parceria com Barretos para diagnóstico precoce de quatro tumores, esse acordo com Barretos é para quatro tumores: pele, pulmão, mama e cólon. Então são essas, mais existem aí outras centenas de tumores que a gente vai ter que continuar procurando na nossa rede de atenção à saúde.

Bom, aqui nós temos a cobertura vacinal, que o ano passado foi boa. Nós estamos dentro da meta que foi estabelecida, a meta era de 80[%] e nós ficamos com 80[%] – bem calibrados – isso não para influenza, que eu acho... para influenza até que foi um pouquinho maior, se eu não me engano, mas a cobertura vacinal foi boa.

Lembrar que esse ano, se vocês me permitem, a gente está um pouquinho preocupado com H1N1, porque nós tivemos quatro casos de H1N1 em Campinas, nenhuma morte, felizmente, mas tivemos quatro casos. Lembrar que nós... o outono começou ontem, então as infecções respiratórias que tem uma sazonalidade principalmente no inverno, outono-inverno, ela começou anteriormente. Algumas regiões do estado de São Paulo, a região noroeste, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e tal, já tiveram muitos casos de H1N1, e o sul do país também já teve. Então aparentemente o H1N1 esse ano será um problema. Nós temos que... Por que eu estou dizendo isso? Porque a vacinação nós já tentamos, junto ao governo do estado e mesmo ao governo federal, ter antecipação da vacinação, ela vai começar dia 30 de abril. Nós não gostamos desta data, porque como nós já temos caso, seria melhor que essa vacinação fosse antecipada para 15 de abril ou para até antes, se fosse possível. Aparentemente isso não será possível. Então nós temos que alertar a nossa rede em relação à questão das doenças respiratórias.

A semana passada, por exemplo, vocês viram, nós tivemos uma certa plethora de pacientes na nossa rede de urgência e emergência, muitos deles, a maioria, com doenças pulmonares, doenças respiratórias. Isso deu uma aliviada porque o tempo mudou, esquentou, ficou mais seco, muita gente foi embora, teve muitas altas, já voltamos um pouco à situação de normalidade, mas esse é um sinal amarelo para que a gente cuide desse assunto e, infelizmente, nós só vamos contar com a vacinação que contém o H1N1 – ela tem a Influenza e tem o H1N1 –, mas só a partir de 30 de abril. Então nós temos que alertar a rede tanto pública como privada em relação a isso.

As outras vacinações felizmente acho que nós cumprimos a meta para tuberculose, BCG, a pentavalente, pneumocócica, meningocócica, rotavírus, sarampo, rubéola, caxumba e poliomielite.

Nós temos um outro problema, Vereador Gilberto Vermelho, que é conjuntural também no Brasil, que é a falta de algumas vacinas. É uma coisa que incomoda, por quê? Talvez seja o programa mais vitorioso de saúde do Brasil de todos os tempos: é o programa de vacinação. Eu

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

acho que a gente mudou a história do Brasil, da saúde infantil, e faltar algumas vacinas é uma coisa que a gente sempre fica bastante chateado com isso. Não tem faltado para aquelas crianças que precisam, mas nós não temos hoje um estoque de vacinas confortável.

Tivemos algum problema em relação à raiva, que não está colocada aqui, tanto de disponibilidade de soro como vacinas. Então é um momento também do país um pouco delicado em relação a essa... esses números aqui são tranquilizadores, ok; cumprimos a meta, mas vivendo hoje, o momento de hoje, nós realmente estamos preocupados com o programa de vacinação nesse ano de 2016 e principalmente... aqui também não está colocada a vacina para hepatite. Que agora hepatite B acho que normalizou, chegaram as vacinas para hepatite B, mas não chegaram ainda para hepatite A. Então são preocupações que a gente tem que passar para vocês.

Esse é um outro dado preocupante, que é questão da tuberculose. A gente sabe que a tuberculose, ela é uma doença oportunista, e ela é uma doença que atinge pessoas com graus de vulnerabilidade diferentes, pode ser um grau de vulnerabilidade de saúde mesmo, doente com imunossupressão, doença autoimune, câncer tomando quimioterapia, mas a nossa maior preocupação é o grupo de pessoas em condição de rua, pessoas usuárias de droga, álcool, que acabam sendo o maior, digamos, alvo disso. E nós tivemos, como vocês tão vendo, uma meta prevista de cura de 83%, e tivemos um resultado em torno de 80%, ligeiramente abaixo da meta.

E tivemos, o que preocupa está aí em negrito, uma taxa de abandono de 11%, isso é muito ruim. E aqui sempre fica aquela... porque uma coisa é a tua decisão de não querer fazer alguma coisa porque é uma decisão tua, outra coisa é você fazer isso e poder comprometer a saúde das pessoas que estão do teu lado, porque as pessoas com tuberculose elas são contactantes, elas podem contaminar as pessoas da sua convivência, da sua família, e assim por diante.

Então esse tratamento, essa taxa de abandono é preocupante porque você não quebra essa cadeia de transmissão. Então há sempre uma preocupação em relação à tuberculose, existe um seminário municipal previsto para agora, para 2016, para se falar um pouquinho dessa questão da tuberculose, discutir, ver o que a gente pode fazer dentro da nossa rede de saúde municipal, estadual, enfim, como é que a gente pode aumentar esses dados.

Bom, o número de casos de AIDS em menores de cinco anos vocês sabem que é praticamente zero, nos últimos anos tem sido praticamente zero. No RDQ anterior a gente mostrou que tinha um caso que tinha sido diagnosticado, e aqui está escrito um caso no ano de 2016, eu acho que deve ser...

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): 2015.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Hã? É, eu acho que tem um errinho de digitação aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Ok, a transmissão ocorreu em 2012. Eu estou transcrevendo, porque vocês podem não estar ouvindo.

Bom, os dados de dengue vocês sabem que tivemos um ano difícilíssimo o ano passado, com

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

um número superior a 60 mil casos. Lembrar que 60 mil casos, os 65 mil casos são diagnósticos clínicos, epidemiológicos, não são... Os casos onde a gente teve oportunidade de fazer sorologia nós tivemos uma positividade de 60%. Então, desses 65 mil casos, provavelmente 35 mil, 40 mil, realmente eram dengue, se a gente extrapolar esse universo de cerca de 10 mil casos por um universo de 65 mil casos.

Nós tivemos 17 óbitos, esse número é 0,26 para cada mil casos de dengue, e esse número é quase 70% menor do que a média do estado de São Paulo. Então tivemos sim muitos casos, tivemos muitos problemas, mas tivemos uma mortalidade que é a menor, uma das menores do Brasil, a letalidade é baixa.

Este ano a nossa positividade dos casos notificados é da ordem de 15%. Então, lembrar que o ano passado era 60%, isso caiu para 15%. Dos casos que nós temos hoje notificados nós não chegamos a 200 casos confirmados de dengue.

Temos o vírus da zika entre nós, nós sabemos disso. Em que dimensão nós temos? Nós não sabemos. Porque o que nós temos hoje é o PCR, que é um teste molecular, e que a gente vem monitorando, e semana a semana a gente recebe um número de casos, praticamente todos eles negativos, e tivemos um caso de uma gestante que está na rede privada, ela continua sendo seguida na rede privada, com o vírus positivo no exame de PCR. Essa senhora está bem, a evolução por enquanto é normal, mas é cedo para dizer, porque ela estava em uma fase ainda precoce da gestação, ela estava se não me falha a memória na 17ª semana, então ela deve ser seguida ainda.

Mas a grande preocupação nossa desse ano... Bom, o número de casos nós já podemos dizer a essa altura que será muito inferior ao número de casos do ano passado. Nós estamos falando, neste momento, em uma redução na ordem de 95%, por aí, de redução de casos de dengue. Não temos ainda absoluta dimensão dos casos de zika. Eu acho que qualquer coisa que eu fale para lá ou para cá, nós não temos certeza. Então nós só sabemos que o zika está entre nós e estamos tomando todos os cuidados.

E eu acho que o grande ensinamento de tudo o que está acontecendo é que, primeiro: provavelmente nós temos uma população vulnerável menor mesmo. Nós temos um trabalho intersetorial como nunca fizemos. Nós temos todos os finais de semana, mutirões, agora, nas áreas de maior transmissão, com 350 pessoas só da Saúde, fora voluntários da sociedade.

A imprensa tem dado um destaque impressionante. Eu diria que não há telejornal ou não há jornal editado que não tenha informações a respeito do problema das arboviroses. O desafio é: como é que nós vamos manter isso em termos de longo prazo? Eu acho que agora a informação está dada, a gente está batendo em cima da informação, vamos ter que continuar. Mas como nós vamos manter de longo prazo a mobilização de toda a sociedade em relação a esse problema? Que eu acho que é o grande sucesso.

Se a gente olhar no nosso município, realmente, nós temos muito menos mosquitos; as áreas onde a gente tem uma população maior, estão sendo bloqueadas.

Nós temos duas parcerias importantes: uma trabalhando com nebulização veicular e uma trabalhando com nebulização costal.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

O ano passado – e esse relatório é do ano passado – nós visitamos mais de 800 mil imóveis no município de Campinas. Nós telamos mais de 50 mil caixas d'água, o ano passado, 2015. 800 mil, vamos lembrar que Campinas tem 350 mil imóveis, então, na verdade, vários imóveis foram visitados mais do que duas vezes, três vezes ou até mais.

E eu sempre digo que, na minha visão, tem dois vilões, assim, que são muito difíceis de a gente trabalhar, que são as caixas d'água... Porque, por mais que a gente diga: "faça o seu *check-list* semanal" – é para fazer mesmo – mas ninguém vai controlar a caixa d'água uma vez por mês ou uma vez... Eles fazem uma vez por ano ou duas vezes por ano. Então, a caixa d'água é um grande problema que precisa ser cuidado. As pessoas precisam ter a sua caixa d'água adequada, fechada ou telada. Quem quiser tela para a sua caixa d'água, pode pedir, nós daremos gratuitamente. Não há nenhum problema.

E um outro problema, que a gente tem visto na prática, são as calhas. Onde é muito difícil que as pessoas subam até a calha. As pessoas... eu, por exemplo, 64 anos, não vou subir para ver calha. É muito... Você vai ter que contratar alguém, ir lá, tirar a folha, limpar; a inclinação da calha nem sempre existe, às vezes ela é horizontal, isso acumulada água e acaba sendo um grande problema.

Então esse trabalho de remoção de centenas e milhares de toneladas de entulhos e... Só a Saúde tira por dia quatro toneladas. Só a Saúde. Não estamos falando de serviços públicos, nem o sistema de coleta, nada. Nós estamos falando só a Saúde. Então são centenas e milhares de toneladas que são removidos. Existem pontos críticos que são continuamente visitados e removidos.

Então, a questão da dengue, a essa altura, hoje, dia 21 de Março, lembrar que o pico da epidemia de dengue o ano passado foi em março. O ano passado, nessa época, nós tínhamos unidades de hidratação em toda a nossa rede, nós tínhamos unidade de hidratação no Mário Gatti, no Ouro Verde. Esse ano nós não fizemos nenhuma ação extraordinária. Não foi necessária nenhuma ação extraordinária, pelo menos até o momento.

Claro que não dá para baixar a guarda. Não há triunfalismo nesse assunto, é inocente. É um problema que precisa continuar sendo enfrentado. E acho que nós achamos o jeito de enfrentar, que é estarmos juntos. A saúde pode muito, mas não pode tudo. E, nesse caso, não pode mesmo. Se a sociedade não se envolver, não fizer a sua parte, a gente vai, periodicamente, viver com essas epidemias.

Eu tenho vários contatos com vários colegas de outros municípios, por exemplo, o Stênio [Miranda], que é o Presidente do COSEMS, de Ribeirão Preto, ele falou que, casos notificados em Ribeirão já superam 40 mil casos, este ano 2016, e tem muitos casos de zika, mas curiosamente o que eles observaram e que houve uma... Como a gente tinha observado em 2015, houve uma antecipação, eles já estão percebendo uma redução do número de casos. Se isso é uma evolução natural ou se é uma evolução dependente dessas ações que têm sido feitas, bom, não importa, o que importa é que aparentemente o número de casos que parecia que estava em grande ascensão em março e abril em São Paulo, em áreas como São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, etc., aparentemente arrefeceu nas últimas semanas.

Então é provável que a gente tenha uma dinâmica da epidemia diferente em 2016 por

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

conta de vários fatores biológicos como a entrada do zika, ou a chikungunya – que é um número pequeno – mas talvez também dependente de toda essa mobilização que a sociedade está tendo em relação a isso.

Bom, aqui na área de vigilância e monitoramento da qualidade de água, vocês sabem a gente teve um ano muito seco, 2015, a maior crise hídrica, então esse controle de *[ininteligível]* alternativas de água... Eu acho que até deve ter aqui na Câmara uma reunião proposta para a gente discutir a questão dos carros-pipa, etc. Lembrar que esses caminhões-pipas, eles são controlados por nós, pelo menos uma vez por mês, são poucas empresas, pelo menos oficiais, se não me engano são 11 ou 12 empresas e eles têm esse controle mensal do programa da água.

Bom, em relação à hemodiálise, nós tivemos 100% dos pacientes que precisaram foram tratados. Dos 11 serviços, 10 foram inspecionados, e da rede nossa de hospitais, 20 dos 25 hospitais da nossa cidade foram visitados e foram avaliados, e isso atinge a meta que foi prevista anteriormente.

Uma questão importante, eu tive uma reunião com pessoal do Cerest, na sexta-feira, é ligado a essa questão dos acidentes de trabalho. Nos preocuparam algumas ocorrências fatais, principalmente na área da construção civil... nós tivemos em 2014 graves problemas no aeroporto, etc. Então isso daí é uma coisa que a gente tem procurado manter a informação muito correta, e um acompanhamento muito próximo do Cerest. Eu acertei na sexta-feira, que nós vamos reestruturar o Cerest assim fisicamente. O Cerest, está muito depauperada a área física do Cerest, e a gente vai entrar nos dois prédios deles que ficam aqui na região, no Distrito Sul, para que a gente possa fazer do Cerest uma unidade padrão, uma unidade que possa realmente cumprir os seus desafios.

É... Assistência farmacêutica é uma grande preocupação, particularmente com o que o Reinaldo falou, o dólar explodindo como explodiu, ele praticamente dobrou, agora deu uma arrefecida, etc., mas a gente sabe que a saúde ela é muito dólar-dependente, os insumos são muito... Nós não produzimos insumos na área da saúde, praticamente todos os insumos são direta ou indiretamente importados. Muitos são envasados, e eu confesso a vocês que desde o início do ano passado eu tinha uma preocupação muito particular da gente ter um desabastecimento importante na área de remédio, e não só por uma questão de falta de dinheiro, que acabou não acontecendo, mas falta de insumos mesmo.

A crise da Anvisa, no aeroporto, agora, que teve nesse início do ano, nos preocupou muito, porque grande parte do que estava lá preso, no aeroporto, eram insumos da área farmacêutica, e sem a liberação desses insumos... eu até fui a Brasília, conversei com várias pessoas lá da Anvisa, com o Jarbas, com a Lenira, etc., para que houvesse, porque a gente poderia correr um risco – não em Campinas –, estou falando de um risco sistêmico de faltar remédios, o que seria bastante complicado.

Nós temos tentado, dentro da relação nacional de medicamentos, manter um número de pelo menos 90% dos medicamentos disponíveis. Felizmente a gente tem conseguido manter 90, 92, 93%.

Nós temos... mais ou menos dois terços das nossas unidades ficam abertas o tempo todo da unidade. Algumas unidades a gente não consegue abrir o tempo todo, isso é uma queixa que

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

vocês fazem e que talvez a gente equacione agora no próximo fluxo de contratação de pessoas. A gente deve contratar um pouco mais de técnicos de farmácia e farmacêuticos para poder atender essa demanda. Mas uma coisa é certa: a gente mantém um número de remédios importantes disponíveis a um georreferenciamento.

Hoje qualquer cidadão de Campinas pode entrar no nosso site, entrar na Assistência Farmacêutica, localizar o remédio, onde tem. Às vezes não tem no seu Centro de Saúde, mas tem no Centro de Saúde próximo – você pode ir lá buscar o remédio, farmácias populares, enfim. Toda Assistência Farmacêutica hoje está georreferenciada para facilitar o cidadão, para que ele não perca tempo, ele pode ir e encontrar. Se a pessoa não tiver computador e for ao Centro de Saúde, e não tiver o remédio, é claro que a pessoa da recepção, da unidade, pode, no seu computador, localizar onde tem o remédio e já orientar o usuário para que pegue o remédio que está georreferenciado.

A questão da telemedicina é uma coisa que nós estamos procurando melhorar. Com a instalação do anel de fibra ótica da cidade e com a informatização da nossa rede, a gente vai poder muito mais trabalhar com essa questão da assistência de telemedicina e tele-educação. Acho que não está aqui, mas eu queria dizer para vocês: provavelmente até o final desse mês, meados do mês que vem, vão chegar 800 computadores para nossa rede, 400 computadores virão de recursos federais, emendas parlamentares etc., e 400 com recursos do próprio município. Com esses 800 computadores a gente deve informatizar grande parte da rede, isso acho que vai ser mostrado nos próximos slides. Existe um esforço muito grande de cabeamento de toda a rede.

[ininteligível] aqui... que são os profissionais que foram treinados pelo nosso sistema de educação, foram quase mil profissionais que ingressaram, que foram acolhidos. É importante dizer que o próprio Prefeito se envolveu nisso, os agentes comunitários de saúde, eles foram recebidos na sua entrada pelo próprio Prefeito. Eu participei de todos os acolhimentos e o Secretário Marionaldo também, no sentido de colocar o que é ser um funcionário público, o seu trabalho, como eles devem se desenvolver, e assim por diante.

E acho que há, dentro da Secretaria, um esforço grande de educação continuada que precisa ser feito. Então o acolhimento de quem chega e a reciclagem de quem já trabalha é uma obrigação muito importante, e foi desenvolvida por nós essa guia de acolhimento dos novos profissionais que entram na Saúde. O ano passado entraram quase mil novos profissionais dentro da Saúde por concurso público ou por processo seletivo.

Aqui é a Política de Integração Ensino-Serviço. Isso daqui é uma das coisas que mais... que eu tenho o maior carinho aqui dentro da Secretaria, porque a Secretaria de Saúde e a sua rede de atenção, independente de eu ser o Secretário e quem será o Secretário no futuro, etc, essa rede de Integração Ensino-Serviço, ela vai pegar. Hoje praticamente todas as universidades trabalham conosco, trabalham na nossa rede, trabalham nos nossos hospitais, nos nossos pronto atendimentos, no SAMU, e assim por diante. Então essa Política de Integração Ensino-Serviço é uma política que só vai crescer, a meu ver, nos próximos anos.

Vocês sabem a minha posição em relação ao Programa Mais Médicos, eu acho que houve um... a questão ficou muito focada nos médicos que vêm de fora do país, mas esse não é o aspecto mais importante, eu acho. O aspecto mais importante é que a formação dos profissionais de saúde será... a formação será feita na nossa rede, cada vez mais tentando formar profissionais

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

que sejam mais focados na realidade social do país. Menos elitista, mais focado na questão social.

Então esse programa com a Unicamp, esse programa com a PUC, com São Leopoldo, com... enfim, com a Unip, com Metrocamp, hoje praticamente todas as universidades estão trabalhando dentro da nossa rede e vão trabalhar cada vez mais, e a gente precisa estruturar a nossa rede para esse grande desafio.

Então aqui vocês vejam nessa política de integração, quantos eventos foram feitos. É um número grande de reuniões, e acho que a gente pode dizer que cumpriu as metas que estavam estabelecidas.

Uma coisa importante é o crescimento do nosso quadro de funcionários ao longo do ano de 2015. Vocês vejam aí que o quadro veio aumentando, nós temos 5.400 funcionários. Aqui estão excluídos os funcionários do Hospital Mário Gatti. Se eu não me engano o Mário Gatti tem mais 1.500 que se somam aí a esses 5.300. E aqui é o quadro desses funcionários distribuídos por suas carreiras.

[referindo-se a slide] Aqui tem um quadro. Esses picos azuis aí eles estão ligados às várias chamadas que a gente faz. Então de vez em quando tem um pico, porque a gente chama em quantidades grandes. Agora, o início do ano, o Prefeito já autorizou, nós já convocamos 177 médicos e 43 enfermeiros. Lembrar que enfermeiros, todos os concursados foram chamados, nós vamos fazer um outro concurso. E médicos nós temos 410 concursados, chamamos 177, vamos ver quantos entram. Historicamente 60% entram, vamos dizer, a metade entra, a outra metade não, a gente convoca em seguida.

Um grande desafio, a meu ver, com profissionais de saúde da família e comunidade, que eu acho que a gente tem um problema importante no mecanismo formador... não é mecanismo, não é problema importante nosso, mas do país como um todo.

[referindo-se a slide] E aqui estão distribuídos os funcionários que foram convocados pelas suas várias categorias.

Aqui a diretriz número 12, que é a implantação do modelo de gestão instrumento de relação federativa. Nós temos hoje 63...

Opa, perdão, desculpe, toquei errado aqui...

E o Paulo está aqui, a gente fez uma Conferência Municipal muito bacana o ano passado. Acho que foi bastante serena, e foi a termo, a gente ainda não têm o relatório definitivo da Conferência, mas acho que a Conferência foi feita bastante a contento, dentro do prazo, e com uma participação extremamente importante da comunidade.

[referindo-se a slide] Eu já falei um pouquinho agora a pouco sobre a informatização da nossa rede. E esses que estão em azul do lado direito são as unidades nossas que estão cabeadas e informatizadas, quer dizer, tudo com computador, praticamente não há mais necessidade de papel. Isso nós estamos falando em dezembro de 2015, 12%. Os do lado direito são as unidades que já estão cabeadas, prontas para colocar o computador.

Então aqui é um pouco aquilo que nós acabamos de falar. Vão chegar 800 computadores agora, e grande parte dessas unidades agora serão da noite para o dia e vão ser informatizadas,

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

porque já estão preparadas, já estão conectadas, está faltando simplesmente o computador.

Tem algumas grandes unidades que não estão aqui porque passarão por uma reforma muito grande no Saúde em Ação. E o Saúde em Ação, ele vai entregar as unidades, seja a reforma, sejam as novas unidades, mobiliadas e equipadas, inclusive já informatizadas.

Então, a gente não... Eu vou dar um exemplo, por exemplo, o CS do São José, a gente ainda não preparou para informatização, porque vai passar por uma grande reforma.

Então, eu acho que esse é o meu último slide, dizendo que temos uma meta importante de informatização da nossa rede agora em 2016.

Eu não sei se conseguiremos 100%. A gente trabalha com o horizonte aí de pelo menos 80% das nossas unidades completamente informatizadas ao final de 2016.

Eu acho que era isso, Vereador. Muito obrigado pela oportunidade e pela atenção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, dr. Carmino. Nós estamos aqui hoje na 6ª Audiência Pública, na Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2015.

Então, queria deixar aqui... Eu queria fazer uma perguntinha ao dr. Carmino. É uma coisa muito importante. É a questão da dengue, que foi demonstrada aqui, que sempre foi uma preocupação desta Casa também.

E a gente nota que devido, não tenho dúvida, da mobilização nacional hoje pelas mídias, mostrando à população a importância de se juntar ao poder público para que se possa fazer a prevenção adequada... E isso nós estamos acompanhando com essa redução imensa e muito importante aqui na cidade de Campinas. Os casos apontados até agora, isso traz um conforto. Mas ao mesmo tempo, traz também a preocupação que devemos ter para continuar trabalhando na questão da mobilização aí também.

A questão da mortalidade infantil que me chamou a atenção, em virtude do zika vírus, está havendo uma campanha muito grande a nível nacional da prevenção, do trabalho de pré-natal junto às mulheres, para que possa melhorar esses índices. Isso está acontecendo também aqui na cidade de Campinas, viu, dr. Carmino?

Esse trabalho de prevenção, enquanto que as mulheres acho estão buscando no seu pré-natal, uma quantidade maior na nossa rede, na unidade básica. Isso está trazendo e consequentemente um conforto maior na questão da mortalidade infantil, que pode se resumir que os índices hoje são índices confortáveis, bons, mas que possa melhorar isso aí.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom, em relação à dengue, eu concordo com você que isso só vai dar certo em um horizonte grande de tempo se a gente mantiver.

O prefeito, ele acertou muito em criar o Comitê Intersetorial no gabinete dele, isso foi há um ano e meio, não foi agora. Foi ainda em... nós estamos falando de 2014. Quer dizer, esse grupo intersetorial, ele foi a chave, a meu ver, das ações que o poder público pôde fazer e continuou fazendo ao longo desse período.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

A gente percebe um grande engajamento de serviços públicos, Sanasa, Educação.

A Educação colocou a questão das arboviroses no currículo. O ano passado teve uma revisão curricular, e a Educação colocou isso. Então, as crianças vão levar para a sua casa, de maneira sistemática, continuada, essa questão das arboviroses.

E assim por diante, a Secretaria do Verde... Enfim, se você participar de uma reunião dessa, você vai ver que entusiasmo grande que tem, como está todo mundo realmente...

Esses mutirões, a gente está tendo até uma certa dificuldade de organizar os vários grupos, porque a sociedade, voluntariamente, quer participar, e, às vezes, onde ela quer fazer o mutirão, ali, talvez não precise. A gente tem que usar os critérios epidemiológicos nossos para dirigir as nossas ações. Mas também, não queremos inibir ninguém, nós queremos ajudar.

Então, o que nós estamos fazendo é: todas as ações que vierem voluntárias – e isso começou com a Defesa Civil, uma participação muito grande – nós estamos fazendo um grande acordo com a Embrapa, no sentido de ter informações automáticas; quer dizer, sobre a evolução desse problema do nosso município, o monitoramento via satélite, geoprocessado, imediato, no momento. Quer dizer, então, são ações que foram desenvolvidas entre setores, inclusive entre entes federativos diferente, como a Embrapa é federal e é da agricultura, nem é da saúde. Então são coisas que mobilizaram a sociedade de tal modo que muitas coisas importantíssimas foram feitas.

Hoje no *Jornal da EPTV* do meio-dia vocês vão ver um aplicativo que foi um certame feito pela IMA junto com a comunicação da Prefeitura, que quem ganhou desenvolveu para *androids* um aplicativo, que na verdade é orientador, se você abrir o seu aplicativo aqui ele vai dizer num raio de 300 metros quantos casos de dengue foram notificados. Então é uma coisa que eticamente não expõe, porque não vai dizer qual é a casa, qual é o paciente, é simplesmente de dados públicos consolidados quantos casos estão nessa região.

Então são muitas ações, muito importantes em relação à dengue que estão dando cada vez mais densidade e corpo.

Em relação à questão do zika, eu acho que é importante falar para a nossa sociedade que não... Vereador Gilberto Vermelho, uma coisa constrangedora são as mulheres deixarem de ter filhos ou engravidarem por conta do momento, eu acho que é um equívoco, é um equívoco. As pessoas devem seguir os seus projetos, as suas vontades.

Campinas, nessa avaliação... Nós não temos série histórica de microcefalia em Campinas, como não temos de resto no Brasil, então não sabemos exatamente quantos casos nós tínhamos de microcefalia precisamente.

Nós temos de Guillain-Barré. E Guillain-Barré aparentemente é um problema mais agudo ligado à infecção do zika do que propriamente a microcefalia. Os dados que vêm do Caribe, principalmente da Colômbia, da Venezuela, etc, mostram o grande número de casos de Guillain-Barré na fase imediatamente depois, em torno de duas semanas, da infecção pelo zika. E nós não temos um aumento de casos de Guillain-Barré em Campinas, nós estamos em março, a gente sabe que Guillain-Barré nós temos série histórica, Guillain-Barré nós sabemos que são de 14 a 20 casos por ano, na cidade de Campinas, antes do advento do vírus zika, e nós tivemos até agora,

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

até 21 de março, quatro casos de Guillain-Barré, que seguem a linha normal do que nós tínhamos ao longo do tempo. Então nós temos equipes de neurologia que estão dando esses *inputs*, a vigilância sanitária controlando, então não tivemos um aumento de Guillain-Barré.

Dos aproximadamente 30 casos, acho que são 32 casos de aparente microcefalia, mas muitos não são, já foram excluídos... desses casos apenas três casos potencialmente poderiam estar ligados ao vírus do zika, mas isso também não foi confirmado, nem por método de sorologia, e nem por outros métodos.

Então nós não temos uma situação epidemiológica que faça com que a gente recomende qualquer ação excepcional. Eu acho que nós temos que seguir a nossa vida, e acho que essa orientação tem sido dada sim, nós temos feito reuniões importantes com a área privada, com hospitais privados, com o apoio da Sociedade de Medicina e Cirurgia, com apoio dos hospitais, e na rede pública.

São muito comuns os treinamentos, porque essas arboviroses... nós temos um problema de diagnóstico, que vocês sabem para o zika, e nós temos um outro problema clínico, porque essas arboviroses elas não são bem demarcadas, o que que é dengue, o que que é zika, o que.... Existe uma interface entre essas várias doenças. Por exemplo, o que é um grosseirão, um *rash* que diga "não, isso parece mais zika e não parece dengue". É muito parecida uma coisa com a outra. Então está tendo um treinamento grande dos médicos, feito principalmente pelo André, que é o médico da nossa vigilância epidemiológica, no sentido de, pelo menos um pouco, parametrizar[*sic*], mas é difícil dizer. Por exemplo, 15% de positividade de dengue, talvez alguns dos casos ali sejam zika mesmo. Mas nós não temos... os PCRs, nós não temos acessíveis para todos. O que nós estamos municipalizado é dengue, nós não temos... Mesmo Campinas, sendo privilegiada, tendo dois laboratórios na Unicamp, um na FCM [*Faculdade de Ciências Médicas*] e um no IB [*Instituto de Biologia*], e mesmo o [*Instituto Adolfo*] Lutz fazendo alguns exames, o número de exames disponibilizados para nós é inferior do número de exames suspeitos. Mas esses exames disponibilizados, eles têm vindo sistematicamente negativos também.

Então nós temos um problema – e isso eu vivi no início da epidemia do vírus HIV – um problema técnico ligado ao diagnóstico. Nós não temos uma sorologia, quer dizer, que meça anticorpo de maneira qualificada, e os PCRs também não são harmonizados, não são... o mesmo PCR que é feito em um laboratório não é exatamente o do outro, porque às vezes a sonda não é igual, o iniciador da reação às vezes é diferente. Então a gente não sabe exatamente se nós não estamos comparando laranja com banana. Então é um momento onde a gente tem que aguardar um pouco.

Eu acho que a nossa capacidade técnica e científica melhorou de maneira dramática nas últimas décadas, eu acho que a gente vai caminhar rápido para ter exames disponíveis, acho que a gente vai caminhar rápido para ter essa possibilidade de melhorar o diagnóstico. Mas, nesse momento, eu acho que a única coisa válida, realmente, que nós estamos fazendo, é diminuindo as áreas de transmissão, é combatendo de maneira, principalmente, entomológica, não deixando o mosquito nascer. Eu acho que é uma tecla que a gente bate continuamente, mas acho que é a mais válida de todas elas, mais do que o enfrentamento do mosquito em si, porque o enfrentamento do mosquito em si tem agravos ambientais e à saúde que podem ocorrer.

Nós estamos usando agora piretroides na nossa nebulização e não organofosforado, por

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

uma disponibilização. Nós não podemos comprar inseticida, Vereador Gilberto Vermelho, o município não pode, nós temos que receber inseticida do governo federal, do governo estadual. E houve uma mudança dos inseticidas. Na minha visão a gente ganha em toxicidade e perde em eficiência, porque os piretroides são menos tóxicos, mas também são menos eficientes. Então isso vai, provavelmente, ter que aumentar o número de nebulizações.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Está certo.

Dr. Carmino, nós aqui da Comissão de Saúde e a Câmara Municipal, nós temos 33 vereadores muito atuantes, e aqui é a casa do povo onde nós somos frequentemente cobrados pela população para poder estar junto convivendo com a manifestação da nossa população. E aqui junto comigo o Vereador Marcos Bernardelli, nós temos acompanhado, a gente tem visitado as unidades de saúde, os pronto-atendimentos, e desde o início, nós da Comissão de Saúde desta Casa, a gente conseguiu enxergar que o maior desafio do senhor, da Administração, era realmente reorganizar a rede de Saúde.

É sabido que a estrutura de Saúde, a demanda aumenta dia a dia e precisa também adequar o atendimento à demanda. E nós conseguimos enxergar na rede de Saúde as melhoras que o senhor vem fazendo tanto na parte estrutural, quanto na parte de RH também. Exemplo é, são os projetos enviados a esta Casa.

Nós votamos semana passada um projeto importante, onde nós vamos autorizar a regularização das coordenadoras das unidades básicas. As coordenadoras que lá prestam um grande serviço na rede saúde... até então unidades que começaram de forma humilde, simples, mas que hoje são grandes centros de saúde, que precisava regularizar e dar condição para que essas coordenadoras pudessem estar trabalhando como coordenadoras. E as reformas das unidades que vêm sendo feitas. E hoje nós temos também o projeto Saúde em Ação, que vai ajudar muito, quando nós temos, acho que, sete unidades novas para ser construídas e 11 reformas.

Então eu acho que esses são os desafios que vêm sendo enfrentados, e a Saúde, com certeza, a cada dia vem tendo uma resposta melhor aqui na cidade de Campinas.

Eu passo a palavra agora ao Vereador, Vice-líder de Governo, Vereador Marcos Bernardelli, para que Vossa Excelência possa de repente fazer algum questionamento ao nosso Secretário.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Bom dia a todos, bom dia Vereador Gilberto Vermelho, Presidente da Comissão de Saúde aqui da Câmara Municipal; bom dia, Secretário Carmino, em vossa pessoa eu cumprimento a todos os integrantes da Secretaria de Saúde de Campinas; bom dia, dr. Mariante, em vossa pessoa eu cumprimento todos os munícipes aqui presentes, representantes de conselho.

Secretário Carmino, é claro e é evidente que a olho nu se percebe com essa explanação as modificações ocorridas na Secretaria de Saúde de Campinas. Eu vou fazer algumas pontuações, e se Vossa Senhoria puder anotar só para que a gente venha fazer aqui um contraponto.

Primeiro, nós temos condições de dar publicidade a esse arrazoado apresentado, e questões não só de mídia eletrônica, mas também física, se assim for possível? Porque eu gostaria de entregar principalmente aos vereadores da oposição, que são aqueles que deveriam ter tido

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

pelo menos a oportunidade de estar aqui hoje para essa Audiência Pública e não estão, e tomarem conhecimento, porque é muito importante.

Então eu gostaria que nós déssemos... se possível, até encaminhar para a Casa, e a Casa distribuir junto aos demais vereadores, e principalmente para os vereadores de oposição.

O segundo item é com relação à informatização. Nós andamos os corredores da Prefeitura, e é claro que também observamos alguns comentários. Nós estamos enfrentando resistências na informatização do sistema? Se estamos, onde? Que nós vamos dar uma visitada lá para saber se está tendo algum problema com algum funcionário público.

As diretrizes... Alguma delas, ou algumas, ou uma sofreu solução de continuidade, teve enfrentamento? O enfrentamento com relação aos nossos... às diretrizes que nós elencamos hoje aqui. Se nós tivemos algum enfrentamento ou solução de continuidade de alguma delas? Se sim, por parte de quem? E se puder identificar.

O controle eletrônico, como é que nós estamos nessa situação?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Do ponto eletrônico, não é, Vereador?

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Desculpa, controle eletrônico, ponto eletrônico.

E o último item diz respeito... Eu vou me resguardar para o quarto item, que é um complemento dependendo das respostas de Vossa Senhoria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Pois não, Vereador.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom, eu queria agradecer o apoio que o Vereador Marcos Bernardelli e toda a Comissão de Saúde dão, acho que a gente conversa muito, acho que é muito legal esse relacionamento. Agradecer aquilo que foi colocado pelo Vereador Gilberto Vermelho, acho que era um compromisso da gente, a gente não conhecia esse problema, mas nós tínhamos acho que 26 unidades nossas, se a minha memória não me trai, que não existiam, eram fantasmas.

Então foram módulos que foram criados, e depois alguns cresceram, outros continuavam como módulos, alguns vão evoluir, por exemplo o Satélite Íris I hoje é um módulo, vai para um grande centro de saúde.

Bom, mas o fato é que as pessoas que estavam lá, elas tinham um prejuízo econômico porque não ganhavam como supervisores, mas não é, talvez nem para elas seja o mais importante. Para elas o mais importante é que elas não existiam, os seus atos, sejam formais ou não, eles simplesmente não existiam.

Então essa minirreforma... Uma outra coisa que está passando nessa votação é o Departamento de Vigilância Sanitária. Vocês podem imaginar, a gente fala todo dia "Departamento de Vigilância Sanitária", departamento... e não existia. A gente falava "Departamento de Vigilância Sanitária", mas, na verdade, não existia. Era uma coordenadoria.

Então nesse projeto de lei que a gente mandou, a gente regulariza a questão da Vigilância

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvania Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Sanitária como um departamento fundamental, um dos pilares da nossa Saúde é o Departamento de Vigilância Sanitária, por toda a importância que tem para a cidade.

Enfim, quer dizer, eu acho que foi um projeto de lei enviado pelo Executivo por nós, mas acatado pela Câmara. É discutido, e acho que a gente essa semana deve ter a segunda votação e deve regularizar. Porque não é uma reforma estrutural da Saúde, como talvez a gente gostaria para o futuro, mas isso é uma... pelo menos colocar no papel o que é que nós somos hoje, porque muita coisa que está ali não existia. Então é um... Tirado, digamos, os "fantasmas" ali, não é? Coitado... Elas falavam: "nós não existimos".

Então, os dados, Vereador Marcos Bernardelli, já foram enviados, mas a gente pode enviar essa apresentação. Já está na Câmara. É claro que nós apresentamos ao público.

Mas não tem problema. A gente manda novamente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Eu já tenho em minhas mãos. Eu... Vereador Marcos Bernardelli.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Particularmente, não recebi. Por isso que...

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): É que a gente distribui sempre após a demonstração aqui.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Ah. Pois não.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Então, nós temos compromisso já de Vossa Excelência. Eu vou passar os dados já que nós temos em mãos, e que faça a entrega aos vereadores com certeza.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom, em relação à resistência, a gente acha que aqui, Vereador Marcos Bernardelli, nós podemos falar em duas vertentes.

Uma é resistência verdadeira, cultural. A partir do momento que tudo estiver informatizado e não houver mais papel, haverá uma necessidade de que as pessoas se preparem para esse desafio. Preencher as fichas de consultas eletronicamente, encaminharem tudo eletronicamente, terem a sua assinatura digital, ter o pedido de exame, ter a receita com assinatura, e assim por diante.

Quer dizer... Então, há um movimento, eu não diria de resistência – se tiver a gente vai ter que ultrapassar essa resistência – mas há uma questão cultural de uma rede que nunca usou métodos informatizados.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Até para ajudar. Pergunta pertinente, porque, nós tivemos, e nós vamos mesmo... a função nossa é fiscalizar. A gente tem acesso a alguns centros de saúde. A dificuldade dos funcionários de passar as informações para nós, que estamos indo lá.

Então nós temos isso informatizado. Nós chegamos no centro de saúde e queríamos saber quantas consultas aquele médico que lá estava trabalhando tinha feito no dia, que é uma coisa importante, nós conseguimos as informações. Mas tendo isso realmente de forma informatizada,

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

vai ficar muito mais fácil, até para a gestão, com certeza.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): É, o funcionário que chegar às oito [horas], ele vai bater [ponto] às oito lá, e vai estar atendendo às oito. E a hora que ele sair às 16, ou às 14, ou às 18, vai estar consignado. Não vai dar tempo de ele cancelar com o período anterior. Mas, prossigamos.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom, então, eu não chamaria isso de resistência, mas vai ter que haver um treinamento de todo mundo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Uma adequação.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Uma adequação, porque mudam os processos de trabalho. Isso eu não tenho a menor dúvida.

O segundo problema, que talvez seja, não sei se foi a tua pergunta, está ligada à questão dos vários softwares que existem de disponibilidade.

Por exemplo, na atenção básica, a gente sempre trabalhou com o SIGA, e o Governo Federal implantou o e-SUS, o e-SUS AB, na sua primeira versão, muito limitado, com muitos problemas. Depois, veio o e-SUS AB na versão mais recente. E que o município precisa usar, porque se ele não usa o e-SUS AB, ele não conversa com o Ministério da Saúde.

Se você usar o SIGA apenas, você cumpre as suas funções de gestão, mas você vai perder, pelo menos, 60% da produção. Essa produção não vai aparecer para o Governo Federal.

Então nesse momento que nós estamos conversando aqui, provavelmente, o pessoal da IMA, junto com a Ivanilde, a Mônica, que é Diretora de Saúde, eles devem estar no Centro de Saúde do centro, ali da Padre Vieira, brincando um pouco, vamos dizer assim, com todos esses softwares para mostrar que eles são compatíveis.

Você vai ter o e-SUS AB? Vai. Vai ter o Siga? Vai. Nós conseguimos através do Ministério da Educação e Cultura, o MEC, o software de gestão hospitalar que é o da EBSERH, que são previstos 12 módulos. Na verdade tem seis desenvolvidos e tem dois já implantados no Hospital Mário Gatti. E esses módulos do AGHU, eles serão implantados também no nosso Hospital Ouro Verde.

Então, testa no Mário Gatti, tem todos os problemas que tiver que ter, e depois vai para o Ouro Verde. Nós não temos ainda e isso está sendo desenvolvido, e talvez seja até uma contrapartida do município de Campinas com o MEC, e com o Ministério da Saúde, um módulo para urgência e emergência, porque esses vários sistemas, eles têm que se conversar, eles têm que se complementar.

E aí o e-SUS AB não conversa com AGHU, porque o e-SUS AB foi desenvolvido dentro do Ministério da Saúde numa lógica de atenção básica, e o AGHU foi desenvolvido no MEC dentro de uma lógica hospitalar, então estes elos, entre os vários sistemas, e que são fundamentais para saúde, eles vão ter que ser construídos. Então eu acho que o e-SUS AB é irreversível, vai ficar; o SIGA vai ficar, porque muitas coisas nós não temos no e-SUS AB – nós vamos ter que fazer um elo, nós, que é da urgência e emergência, para que ela possa conversar com a rede e possa conversar com o hospital aonde o paciente vai, dentro do AGHU, que é um belo sistema informatizado hospitalar.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Então, nesse momento, na questão da informatização, eu não chamaria isso de resistência não, eu acho que há umas discussões até acaloradas dentro do nosso gabinete, com o pessoal da IMA, tal, de um contra o outro. Não existe um contra o outro, isso daí é uma bobagem, eles são complementares, um vai complementar o outro. Nós precisamos do e-SUS AB, não dá para pôr o SIGA senão nós perdemos dinheiro, muito dinheiro, porque perdemos produção. Por outro lado não podemos abrir mão do SIGA e eles vão se conviver, não há nenhum problema, para isso que os profissionais de TI existem, que é para dar essas soluções.

Em relação ao ponto eletrônico--

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Só para ajudar na pergunta, se o senhor me permite. A gente sabe que o ponto eletrônico vai ser muito importante, está sendo, mas antes do ponto eletrônico teve um trabalho importante pela Secretaria que foi o controle da jornada de trabalho. Eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho da questão da jornada. Quantas jornadas nós tínhamos? E agora quanto tem? E se realmente isso se tornou positivo... até preparar a Secretaria para a questão da organização também do controle?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: O que o Vereador Gilberto Vermelho está colocando é importante, porque havia uma anarquia, eram centenas de formas de ocupar as cargas horárias. Tinha gente que trabalhava um dia nove horas, outro dia uma hora, outro dia... Então a gente reduziu para cinco possibilidades de ocupação de cargo horária, e isso foi aplicado. Em um primeiro momento houve um certo ruído, mas eu acho que isso foi superado. Eu sempre digo que 10% vão fazer sempre tudo direitinho, 10% não vão fazer nunca nada direitinho, e aí nós vamos ter que jogar pesado, e 80% vão se enquadrar.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Foi o que aconteceu né?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É foi o que aconteceu. Então houve um grande enquadramento dos funcionários. Nós tivemos muitas dificuldades, principalmente com os médicos, mas aqueles que, por necessidade da unidade demonstrada pelo coordenador, pelo coordenador de distrito, pela diretora de saúde, e que ficasse fora do que foi estabelecido, isso foi discutido separadamente.

Então, as exceções foram temporárias, e superdiscutidas, uma a uma, singularmente. Eu diria para vocês que não chegaram, sei lá, a 20, 25 exceções, assim. Era o ginecologista que tinha um outro emprego, mas que era fundamental... Então isso foi trazido e a gente ajustou.

E uma coisa interessante que está acontecendo – não sei se é produto da crise econômica ou não. Primeiro: nós tivemos muito interesse pelos nossos concursos, para médicos inclusive; e outra coisa interessante é que nós temos tido, nas últimas semanas, inúmeros médicos aumentando a carga horária, querendo trabalhar mais, passando de 20 ou 24 para 30 ou para 36 horas. Quando eles fazem isso eu autorizo na hora, o que eu não autorizo é redução de carga horária porque eu não quero perder força de trabalho.

SR. VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Isso é uma realidade também da quantidade da demanda da população que saiu da iniciativa privada, que vem procurando atendimento na rede pública também, não é doutor?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É, bom, aumentou. A gente tem dados. A gente

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

não finalizou os dados de 2015, mas certamente 10 a 15% de incremento de todas as atividades na área da Saúde, algumas mais, outras menos, isso a gente vai ver quando consolidar o ano. Acho que agora a gente já está mais, hoje, preparado para consolidar o ano, mas houve um aumento tanto na assistência médica, assistência à saúde, como assistência farmacêutica também, que é sempre uma preocupação por causa dos custos.

O ponto eletrônico foi instalado no Mário Gatti, aí vocês conhecem a história, teve muita dificuldade. Até hoje eu acho que o presidente do hospital vem sofrendo uma pressão muito grande por conta do ponto eletrônico, mas é irreversível, está implantado.

A Câmera deu um instrumento fundamental para a solução do hospital, que é o plantão à distância, porque antes todos ganhavam a mesma coisa, mesmo não ficando no hospital, importante dizer isso. Ganhavam por plantão cheio, mesmo estando à distância, então hoje não ganham mais, hoje existe o plantão à distância e ele é remunerado metade, isso quer dizer que dobrou a força de trabalho nos plantões à distância, porque não houve redução de salário, mas houve uma duplicação do oferecimento de horas de plantão à distância.

Na Saúde nós tivemos um problema na concorrência, e o secretário de administração, por orientação do Prefeito, resolveu fazer o ponto eletrônico para toda a Prefeitura, para todos. Então primeiro vai ser a Saúde mesmo, porque está preparado para a Saúde, depois de toda a... o ponto eletrônico para os profissionais que trabalham no Paço Municipal, e daí para frente.

Então a implantação do ponto eletrônico é irreversível, nós não vamos voltar atrás, porque eu acho que é um instrumento de gestão muito importante, um instrumento de gestão importante. Nós vamos sofrer resistência? Vamos. Por exemplo, o Mário Gatti, 50% dos médicos radiologistas pediram demissão. Paciência, é melhor que a gente não tenha, do que tenha ocupado o cargo sem força de trabalho. Então nós temos um concurso agora preparado para os próximos dias para médicos radiologistas. Isso não aconteceu muito na rede básica, eu diria para você: não teve muita... nós tivemos oito ou nove demissões só, em um número imenso de colegas. Então, ao contrário, a gente tem tido, curiosamente, um aumento de pedidos de aumento de carga horária. A gente sabe--

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Isso tudo é fruto, talvez, ou parte do trabalho que o Gilberto começou a realizar na época, e nós o acompanhamos.

Nós fizemos algumas visitas seis horas da manhã, cinco horas, seis horas da tarde, dependendo do horário, mas incerto, em alguns lugares. Então era uma situação realmente muito delicada, muito delicada, porque a olho nu eu recebi um depoimento – desculpa – presencialmente, de um médico, dizendo: “mas isso fiz porque a minha esposa está com câncer”; eu falei: “doutor, isso não pode fazer, nem que o senhor não tenha ninguém acometido de alguma doença na sua casa, isso não é justificativa de se fazer isso”. Eu fui ameaçado de morte aqui no São José, recebi um telefonema anônimo, o boletim de ocorrência, o inquérito está aberto até hoje lá, e nós estamos quase chegando nos autores daquela ameaça. Mas é claro que você fica, assim, satisfeito, realizado.

Quando o senhor começou a falar de Mário Gatti, eu tenho também para comigo que fez parte, à época, o assunto farmácia, tanto é que se não me falha a memória já está bem avançado o trabalho realizado ali na questão da própria farmácia. O senhor poderia falar alguma coisa a

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

respeito da farmácia do Mário Gatti?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Da empresa?

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): A empresa, o controle, o que se realmente detectou alguma anomalia, o que é que tinha ali.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Vereador Marcos Bernardelli, eu não tenho essa... Desculpe, essa é uma pergunta que eu não sei responder, precisaria perguntar para o teu xará, o Marcos Pimenta, porque o Mário Gatti, ele é uma autarquia, ele tem essa autonomia de gestão. E eu soube que a farmácia tinha inúmeros problemas, algumas que são confessáveis, outras que são inconfessáveis. E a solução ali foi resolver cortando o mal pela raiz, cortando o mal pela raiz. O Mário Gatti continua fazendo todos os processos administrativos, comprando, ele compra, não é? Não houve uma transferência de... o que houve foi uma transferência de gestão, até onde eu saiba, da farmácia. Os compromissos de compra, de armazenamento, etc., continuam sendo do hospital.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): É, porque nós estamos de olho. Veja bem, esse fato que aconteceu meses atrás aí que disseram, ou foi veiculado na imprensa, que colocaram um pano no ar-condicionado para o equipamento não funcionar, se é verdade ou não.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não, isso não aconteceu. Se aconteceu no Mário Gatti, eu não sei – aconteceu em uma unidade nossa, de urgência. Aconteceu dentro da gente encontrar pano dentro do sistema de refrigeração, que é para queimar o equipamento. Isso é sabotagem, isso é crime. Sempre quando acontece alguma coisa que é criminosa a gente trata como crime, a gente vai na polícia, denuncia como crime e vai ter a investigação. Um pouco--

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Você pode mencionar que unidade que foi, ou tem reservas?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não, não.

Posso, foi no São José.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Ah, no São José?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: No PA, no PA do São José.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): A unidade nova, não é? Que foi reformada.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É, na área que foi reformada, não tenho nenhum problema de dizer. E felizmente não queimou o equipamento, se descobriu isso.

Mas o São José, nós tivemos vários outros problemas, de estopa na rede de esgoto, de você... toda semana você ia lá e estava entupido, você entrava lá tinha pano dentro, estava...

Então, depois de algumas ações lá, e a gente... a coordenação também cuidando disso, parou de ter, já faz algum tempo que a gente não tem. Mas houve, realmente... são sabotagens que não podem acontecer. Vocês sabem como nós nos comportamos da questão lá do laboratório, quando 15 mil amostras foram perdidas. A gente tratou aquilo como sabotagem, aquilo não é aceitável. Você jogar 15 mil amostras de seres humanos fora, porque se isso... isso não é... isso é

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

crime, e tem que ser tratado dessa maneira.

Então tudo é aceitável gente, não há nenhum problema de divergir, de discordar, cada um tem o seu *[ininteligível]*... mas nós temos que ser corretos, não é? É essa...

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): É, com relação a essas paralisações que nós tivemos também nesses dias atrás aí de algumas unidades, os senhores conseguiram identificar algum movimento, ou quais que foram essas unidades nos últimos 120 dias, 90 dias, que tiveram a paralisação, por fatos até alheios à própria unidade? Vocês conseguiram identificar?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Então, em algumas unidades sim. Por exemplo, no PA Centro sim, a gente identificou. Em outros a gente tomou a seguinte medida: o gestor, ele é gestor, ele não é ativista, ele não pode ser ativista, o gestor.

Há algum problema? Ele tem que se comportar como um gestor, ele tem que preservar o trabalho da unidade, ele tem que preservar a assistência que é feita ali, ele não pode – ele – colocar uma placa de “suspensão”, tal. O conselho local pode, não tem nenhum problema, nenhum... Quer dizer, os órgãos de controle podem fazer as arguições que tiver, mas o gestor local não pode se comportar dessa maneira.

E essa foi a orientação que nós demos de maneira muito decisiva, tanto a minha orientação, como a orientação do próprio Prefeito, que acabou ficando um pouco incomodado com essa história, porque o que nós queremos é preservar a assistência ao paciente. Nós lamentamos as violências que ocorreram, algumas dentro, mas a maioria fora das unidades. Todas as nossas unidades agora tem guarda patrimonial, que é o que nós podemos colocar. Seria um desastre colocar a guarda armada dentro de unidade de saúde. Isso seria a pior coisa que a gente poderia fazer.

A Guarda Municipal, quando há um movimento que a gente percebe um pouco mais grave, como aconteceu na região do São José há algum tempo atrás, ela tem dado esse suporte na abertura, no fechamento das unidades.

Eu, pessoalmente, chamei o Coordenador da Gocil, que é a nossa terceirizada de segurança, para que ele treine os seus vigilantes. A vigilância tem que estar lá atenta. Atenta. Porque as questões de segurança, ninguém vai avisar que vai acontecer um tipo de agressão, ou tipo... Isso acontece. E eles têm que estar atentos.

O que me incomodou, por exemplo, no assalto lá que teve no São José, é que aconteceu dentro do estacionamento que tem um portão eletrônico. E o portão eletrônico estava aberto. O vigilante está lá para abrir o portão e fechar o portão. Nós colocamos um dispositivo que foi solicitado pelos próprios trabalhadores da unidade para que desse segurança a eles. E em algumas outras unidades a gente fez isso: no Santa Lúcia a gente fez estacionamento privativo com portão... Algumas unidades que a gente percebe algum grau de vulnerabilidade, a gente tem tentado. O Nova América, a gente colocou uma cerca, um alarme eletrônico. Porque cada lugar tem uma solução de segurança que é orientada pelos técnicos em segurança.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): E nesse caso do São José, da estopa, tem boletim de ocorrência feito?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Tem. Nós, nunca... Esse tipo de coisa, a gente faz

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

as devidas notificações. Mas o que eu tenho dito aos nossos colaboradores é o seguinte: nós somos muito solidários à questão da violência. Me incomoda para "chuchu" a questão da violência.

Eu não sou uma pessoa acostumada à violência. Eu tenho dificuldade demais com, seja violência verbal, seja violência física... Não... É uma coisa que eu fico muito incomodado. Porque eu acho que não é assim que a gente equaciona as coisas.

E então, eu acho que esse assunto, nas várias unidades, eu recebo as pessoas. Mas quando eu percebo que há um movimento de utilização política do fato, ou que tem má-fé, etc... Aí eu não sigo adiante. Porque, eu acho que tem muita gente que acaba usando de maneira oportunista esse tipo de problema.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Perfeito. Queria agradecer a presença do Lúcio Rodrigues, representando aqui o Vereador Carlão do PT. E eu vou abrir a palavra agora para que alguém possa se manifestar, fazer algum questionamento. Porque nós temos um horário aqui com a TV Câmara até meio-dia também, que nós precisamos encerrar essa Audiência Pública.

Eu queria saber se alguém, Mariante, alguém gostaria de usar a palavra, por favor, possa encaminhar até o microfone e fazer seu questionamento.

Pois não, dona *[ininteligível]*, a senhora possa ir também até o microfone para fazer a pergunta.

SR. PAULO TAVARES MARIANTE: Bom dia a todas e a todos. Saudar o Presidente Vereador Gilberto Vermelho; Vereador Marcos Bernardelli; Secretário Dr. Carmino; Reinaldo, da Fundação de Saúde; a Sheila, aqui nossa companheira também; aos nossos conselheiros aqui presentes, conselheiros locais e municipais.

A primeira questão era, dialogando com o Reinaldo, se ele poderia explicitar naquela parte dos dados comparativos das despesas, qual foi... ou se há como identificar nos outros serviços, que teve um impacto maior do ponto de vista de elevação, já que foi essa parte que teve uma elevação maior, de 24,69%, em comparação com pessoal e encargos, materiais de consumo e prestadores – o que é que teve maior impacto?

Também colocar, eu acho que isso a gente já tem feito debate no Conselho e na própria Conferência, essa preocupação com a questão dos Recursos Orçamentários da Saúde, tanto do ponto de vista do estado quanto do ponto de vista federal.

E, o Conselho, não só por suas posições, mas com base naquilo que a própria Conferência deliberou, entende que há de fato a necessidade de uma participação mais adequada de recursos da Saúde no âmbito estadual e federal. Isso é um compromisso nosso. Isso a Conferência discutiu.

Queria aproveitar também, até para colocar... nós citamos as deliberações da Conferência... A Comissão de Sistematização e Relatoria nos informou que já tem o material pronto e nós temos a expectativa de formalizar – aqui um processo nosso –, de formalizar na reunião do Conselho do mês de abril. Feito isso, independente de material gráfico pronto, nós já queríamos já deixar aqui, colocar à disposição da Comissão de Saúde para vir aqui a uma reunião tentar colocar um pouco, uma síntese dessas deliberações, o que nos parece mais essencial das

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

deliberações da 10ª Conferência. Podemos inclusive pautar isso junto com o Secretário para em uma reunião a gente conseguir trazer. É um processo muito rico, mais *[ininteligível]* concentra-se nas preparatórias municipal mais de mil pessoas participando, um processo intenso que nós entendemos muito válido.

E a última questão é essa questão da segurança. O Conselho debateu... nós temos uma reunião do Conselho Municipal de Saúde tendo como pauta essa questão da segurança, é uma preocupação de praticamente todos os cantos das cidades. Tentamos inclusive, na discussão preparatória que fizemos no Conselho, e aqui registrar tivemos a participação do Presidente e do Secretário do Conselho Municipal de Segurança, dr. Cláudio Ferrari, dr. Marcos Ceará, e trabalhando numa proposta de trabalho conjunta entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria de Segurança, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Segurança para trabalhar.

Existem questões que nós acreditamos que são intra-saúde. Então, por exemplo, as situações mais extremas, pelas mais variadas razões, provocam situações de violência dentro de unidades. E a gente lembra, por exemplo, quando o PA do Campo Grande teve situações de falta de profissionais, e que em determinados momentos aconteceram situações assim, extremamente graves. E essa ação, propriamente extra-saúde, embora esse extra é tão próximo da unidade que fica... não se separa tanto assim, mas são responsabilidades diferentes. Nós entendemos que a Saúde, ela não pode responder por aquilo que acontece fora das unidades, e aí portanto é necessário trabalhar com a segurança. Nós já pautamos isso, temos já um processo de diálogo com o Conselho de Segurança e pretendemos... inclusive já tem até um indicativo, de uma realização conjunta de uma reunião do Secretário Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Segurança para tentar avançar um pouco nisso. O que que é que nós podemos fazer para melhorar essa condição, até para evitar, dentro do possível... minimizar os impactos que isso aí possa ter sobre a nossa rede.

Os trabalhadores e trabalhadoras que nós reconhecemos que são fundamentais no trabalho e na prestação de serviço de saúde têm vivido situações muito difíceis, que nós entendemos que é antes de tudo fundamental dialogar e buscar as melhores alternativas para superar os problemas. Então, era isso que nós gostaríamos de colocar, e agradecer aqui a oportunidade.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, Paulo.

Eu queria perguntar se possa fazer os questionamentos, depois respondemos tudo. Não tem problema? Teria Dona Joana também. Se a senhora puder ir até o microfone. Agora o Lúcio faz os seus questionamentos, depois a Dona Joana, e aí nós vamos passar as respostas para que nós possamos encerrar a 6ª Audiência Pública. Pois não, Lúcio.

SR. LÚCIO RODRIGUES: Bom dia a todos, srs. vereadores, Presidente da Mesa, srs. secretários, demais presentes. Meu nome é Lúcio Rodrigues, eu faço parte do Conselho Local de Saúde do Oziel/Monte Cristo; sou do Conselho Local do Laboratório do Hospital Ouro Verde e estou representando o Vereador Carlão do PT aqui na plenária.

Eu queria citar dois exemplos, e gostaria que se possível ter um retorno da Mesa, porque eu entendo que seja uma questão administrativa. Nós conseguimos inaugurar o Centro de Saúde do Oziel no dia 19 de dezembro de 2015, e no Oziel-Monte Cristo nós tivemos lá pelo menos por

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

oito, dez anos, os módulos, que o senhor sabe quanto que nós sofremos, tanto população, quanto trabalhadores. E a reivindicação da construção do Centro de Saúde do Oziel/Monte Cristo é uma das prioridades, e sempre foi, das prioridades para nós lá, moradores daquela região, na qual eu moro lá.

E aí quando inaugurou o Centro de Saúde, uma das reivindicações nossas era de que precisava adequar a necessidade dos funcionários com relação à abrangência do nosso Centro de Saúde. Por que eu estou dizendo isso? Porque hoje o Centro de Saúde está localizado em uma área onde a 200 metros de onde ele está as pessoas não fazem parte da unidade de saúde. Isso foi reivindicado com documento e foi encaminhado à Secretaria de Saúde em janeiro, e nós estamos aguardando uma reunião para que possamos discutir e ver qual que é a saída. E a saída que os trabalhadores deram para nós, tanto quanto coordenador, é que enquanto não tiver reposto a necessidade de trabalhadores não será contemplada essa população que está há 200 metros do centro de saúde. Então eu entendo que é uma questão...

Para que nós queremos centro de saúde na periferia? Para garantir uma proximidade mais próxima para ser atendido. Então isso é uma tarefa. Nós estamos para tentar resolver, inclusive, pedimos uma reunião.

A outra questão é que nós temos 27 computadores, nove impressoras. Está informatizado o nosso centro de saúde. Só que, cadê a segurança desses equipamentos? Nossa segurança se encerra e fecha a porta 24 horas... às 22 horas de cada dia. Então só para deixar claro que não é só comprar, mas também tem que garantir que tenha segurança essa coisa.

A Guarda Municipal, pelo que eu saiba, ela é para garantir os próprios públicos e nós estamos vivendo uma política hoje na cidade de Campinas que a Guarda fica correndo atrás de bandido por aí na rua, e o nosso próprio público fica aí a Deus dará.

A outra questão é sobre laboratório, Secretário. Sobre o Laboratório, funcionários ligaram para mim e eu fui lá antes de ocorrer a greve e conversei com a coordenadora e observei o que estava acontecendo. Nós tínhamos problema em uma sala de exames, que era rachadura e diferença de cinco centímetros do concreto. Só que a empresa contratada, por falta administrativa, de organização administrativa, ela quebrou essa sala, falou: "isso aqui" – bateu – "está fofo, vou quebrar". "Isso aqui está fofo, vou quebrar": cinco salas quebradas. Nós temos quantas salas no laboratório? As pessoas com o martelete, com porrete lá quebrando, aquela poeira, e os trabalhadores tinham que continuar achando que estava tudo certo.

Os trabalhadores questionaram a forma de como estava sendo conduzida e não foi feito nada. Os trabalhadores paralisaram. Quando eles paralisaram, as amostras chegaram na unidade. Agora, poxa vida, além de o senhor jogar a culpa nos trabalhadores, o senhor ainda está colocando criminalmente em cima dos trabalhadores, incriminando os trabalhadores. Infelizmente essa responsabilidade tinha que ser da Secretaria, que não organizou antes de fazer o trabalho, e hoje eles estão com ponto cortado e ainda são criminalizados.

Então eu quero deixar esse repúdio aqui para todos vocês.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, Lúcio.

Agora passo à dona Joana Júlia que é coordenadora... conselheira do Distrito Norte de

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvania Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Saúde também.

Pois não, dona Joana.

SRA. JOANA JÚLIA DE REZENDE TRIPOLONI: Eu quero cumprimentar a Mesa. Em nome do Secretário eu cumprimento a todos e a todas.

Eu vou falar do funcionamento do centro de saúde. Eu acho que agora a Saúde, ela está chegando perto do fundo do poço. Estou acompanhando o centro de saúde e também o Mário Gatti. Gente, a situação do Mário Gatti é crítica. Eu passei um dia lá só na observação para ver como estava funcionando. As pessoas gastam para fazer um exame oito horas, elas têm que ficar oito horas sentadas esperando para fazer um exame, mais três ou quatro horas para receber o resultado. Gente, isso é complicado... ver as pessoas ali. A pessoa vem à noite para poder consultar e fazer um exame, ela tem que praticamente pagar para fazer o exame, porque ali ela precisa tomar um café, ela precisa se alimentar, ela tem que ir para as barracas comer para poder esperar a vontade de fazer o exame. Então acho que isso é uma coisa... uma situação muito crítica.

Também o centro de saúde. O centro de saúde, ele está gastando para fazer uma mamografia de seis [meses] a um ano para marcar uma mamografia. Secretário, isso não tem condição. Por quê? Se eu estou com problema, eu preciso fazer uma monografia, que eu preciso iniciar um tratamento, eu vou esperar um ano? É muito complicado.

A outra coisa que eu vi aqui, que eu estava vendo: vai ter construção. Nós precisamos reformar o centro de saúde. É fundamental isso. Construção: ouvi falar muito. Há mais de quatro anos eu escutando: "olha, vamos construir centro de saúde. Vamos construir centro de saúde". Mas nós esquecemos de uma coisa muito importante: fazer funcionar o que já existe, e isso não está funcionando adequadamente à altura do que o povo merece. Por quê? Falta RH, é uma coisa importantíssima. Falta material, falta medicamento. Vocês já imaginaram uma pessoa que chega em um centro de saúde para fazer um curativo, e é dispensado porque faltou material para um curativo, vocês já pensaram nisso?

Então a gente tem que fazer funcionar já o que existe, porque senão eu não sei como é que vai ser. Então a minha pergunta, eu queria perguntar: O que está acontecendo na saúde? É falta de dinheiro ou é vontade política? Eu queria que vocês me respondessem.

SR. VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, dona Joana. Então eu passo agora a palavra ao dr. Carmino. O primeiro... O Reinado primeiro responde só a questão da pergunta do Paulo Mariante, depois o dr. Carmino faz os questionamentos.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: É... Mariante, eu queria dizer para você e para todos aqui. Nós temos, a exemplo de toda prestação de contas, nós encaminhamos um CD com a composição para o conselho, porque pode ter acesso a todos os números contabilizados nessa apresentação. Mas eu poderia sinalizar nessa... eu não vou saber todos os números, mas seguramente o que está dentro de Contratos aqui e Serviços é nebulização. Nebulização houve em 2014 para 2015 um aumento importante no contrato. E não é só nebulização. Quando a gente fala da empresa, ela faz selação[sic] de caixa d'água, ela faz outros serviços lá, que o próprio Secretário disse, das visitas. Esse foi um valor importante.

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Também na manutenção predial. Quando a gente está lá em manutenção, muitas adequações prediais precisavam ser feitas em um contrato mais abrangente, mais robusto, pelas necessidades das unidades, pela deterioração que algumas delas tinham, então também foi um contrato importante. E manutenções de equipamentos, tinha muitos equipamentos que tinham ou não tinham manutenções. Que também em 2015 houve um avanço muito grande nessa... exemplos, parece-me que foi de material odontológico, alguns materiais odontológicos não tinham contrato de manutenções, e foram evidenciados, foram contratados.

Então nesses três aspectos eu acho que estariam mais centradas. Mas isso a gente pode abrir tanto do menor quanto para o maior, quais são as empresas, quais são os contratos. A gente pode não falar, você não falou em consumos, mas em consumos com 14% quase, também é importante. Aí mostra que compramos mais em consumos do que a própria inflação, do que a própria inflação, isso também... e inclusive em medicamentos, porque nós sabemos que em medicamentos, com a redução da assistência farmacêutica de repasse, nós tivemos que aí atuar para suprir essa redução importante que houve no repasse ministerial.

Não esquecendo que a judicialização, ela não recuou. Ela continua com números importantes de judicialização, de... aqueles que têm acesso através do judicial, e aí perde um pouquinho do sentido da universalidade.

Então foram essas, não sei se eu fui claro, Mariante, mas que eu gostaria de ter passado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, Reinaldo. Eu passo agora ao dr. Carmino para que possa falar alguns questionamentos também.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não, só falar para o Paulo que a judicialização foram R\$ 5 milhões, mais de R\$ 5 milhões o ano passado. Sessenta... dois terços dos recursos gastos em judicialização vieram da área privada. Vieram de consultórios ou de planos de saúde, e etc.

É um dinheiro grande. E não é só remédio, aí nós estamos falando de fralda, leites e tal. O que incomoda não é a questão da... a judicialização em si ela incomoda, mas incomoda é você gastar grande parte da judicialização com pessoas que têm poder aquisitivo mais alto, quer dizer, isso é muito comodativo. Só que o juiz manda, a gente obedece, porque senão a gente corre um risco que não... a gente obedece.

Bom, em relação aos recursos orçamentários, acho que o Reinaldo mostrou que houve um incremento praticamente negativo dos recursos federais aí, a gente praticamente não teve evolução. Lembrar que as famosas tabelas do SUS estão congeladas há 12 anos. Não há incremento. E mesmo dentro das redes, que são as atividades incentivadas, não houve nenhum incremento real. Todo o incremento que houve foi com o Recurso Municipal.

O Recurso Estadual, o ano passado, o Reinaldo mostrou, e a gente tem um convênio agora assinado. Na verdade, são dois convênios: um de 24 milhões e um de 6 Milhões. São 30 milhões, para custeio. E que será gasto na atividade hospitalar. Principalmente no Ouro Verde. Esses 30 milhões serão gastos no Hospital Municipal Ouro Verde.

Bom, a segurança, eu acho que os teus comentários... eu estou de acordo. Acho que o PA Campo Grande mudou bastante. A gente... Bom, sexta-feira foi feita a mudança da parte que vai

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

ser reformada para a parte que já foi reformada. Então, acho que até convidaria vocês a visitarem a parte nova. É uma reforma fantástica, que vai chegar perto de 4 milhões. E, nós vamos ter, provavelmente, um dos PAs mais modernos do Brasil, o PA Campo Grande.

A metade já está pronta. Sexta-feira foi feita essa mudança. E a gente espera até meados de agosto e setembro que esteja finalizada a reforma lá do Campo Grande.

Segurança é um "problemão". Eu estou de acordo, a gente pode se reunir a qualquer momento. Eu acho que esse é um assunto que a gente precisa de ajuda, porque o que nós podemos fazer é colocar guarda patrimonial em todas as nossas unidades, respondendo já ao Lúcio. É difícil você ter guarda patrimonial 24 horas em todas as unidades. Nós somos 104 unidades de saúde. Vocês estão olhando só a questão das Unidades Básicas de Saúde, mas são 104 unidades entre centros de referências, centros de reabilitação, laboratório e assim por diante.

Bom, em relação ao Oziel, a gente sabe o incômodo do Lúcio, de o Oziel ficar pronto, porque ele manifestou isso no dia da inauguração. Para nós foi uma conquista. O Centro de Saúde do Oziel ficou pronto em tempo *record*, em oito meses ele ficou pronto. E ele juntou três modulozinhos, eram o módulo do Oziel, do Monte Cristo e tinha o módulo odontológico. Hoje tem uma das unidades mais modernas de odontologia lá no Oziel. Quem não conhece, convidaria que visitassem. Ficou muito bacana, e o projeto do Oziel provavelmente vai ser um projeto usado em outras unidades, pela sua praticidade e tudo.

E, eu não sei do que você está falando de população excluída, porque isso eu preciso conversar com as pessoas que coordenam lá. A rigor não tem que excluir ninguém. Não é porque mora a 200 m ou 100 m ou 1 km. Tem que atender as pessoas que precisarem, não é? Então, eu vou me inteirar do que você está falando, porque eu simplesmente não estou entendendo.

Do laboratório, ao contrário do que você falou, nós somos solidários aos trabalhadores do laboratório, porque não foram eles que bloquearam a entrada de amostras. Não foram eles que bloquearam. Então não é verdade isso, que a gente... Eu mandei para DPDI [*Departamento de Processos Disciplinares Investigatórios*] todo mundo, porque eu quero que eles expliquem quem bloqueou. Eu sou solidário a eles. Sou solidário a eles. Então, é só ir lá e dizer: "Olha, as amostras não entraram porque X bloqueou". Certo? Quer dizer. Nenhum problema.

Eu estive no laboratório, conversei sala por sala, entrei sala por sala. O laboratório, ele foi construído em uma área com problemas de fundação. Que aliás, é muito comum a gente ver nas nossas unidades, unidades irem afundando ali. E, você mesmo, Lúcio, participou de duas reuniões na minha sala, por conta da reforma do laboratório. Verdade ou não? E essa reforma do laboratório foi cuidadosamente programada. E a gente sabia que ia ser uma reforma extremamente desagradável.

Porque, o laboratório estava afundando. E é uma unidade de 800 m², faz 400 mil exames por mês, 400 mil exames por mês. E depois que terminou a reforma, eu fui lá, conversei com os funcionários, a coordenação do laboratório foi trocada. Hoje é o Dr. Fábio Tambascia que está lá, ajudado pela Cláudia, que é uma farmacêutica. Então houve uma mudança da coordenação, porque já havia um desgaste muito grande da coordenação com os próprios funcionários, era uma questão interna. E eu acho que o laboratório, nesse momento, Vereador... nós estamos muito, muito, inclinados a fazer um grande projeto com o Laboratório Municipal, de que incluía um

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

laboratório de saúde pública, que é um dos problemas que a gente tem, por exemplo, com o Instituto Adolfo Lutz.

A Vigilância sofre muito em não ter um laboratório de saúde pública, então a ideia é fazermos um laboratório que junte Mario Gatti, laboratório municipal e saúde pública. Nós estamos procurando um terreno, porque nós chegamos à conclusão que o laboratório no Ouro Verde está muito pequeno, muito estrangulado, a obra que foi feita lá não garante que daqui a 5 anos não comece a afundar de novo, porque ele é feito em cima de uma área que não é adequada. Hoje o laboratório está em ordem. O laboratório está em ordem. Convido vocês também a conhecerem o laboratório e ver que toda uma parte de quem entra no laboratório do lado esquerdo estava afundando e a gente não tinha outra alternativa a não ser resolver.

Foram meses de conversa, foram programações feitas, não se faz omelete sem quebrar ovos, não tinha como levar o laboratório para outro lugar, e não tinha como ficar sem fazer exames. A gente ficou uma semana mais ou menos sem fazer exames, e já foi um grande prejuízo, a gente sabe que é um grande prejuízo.

Então, Lúcio, eu vou ver essa questão dessa população excluída, mas o resto eu discordo do que você falou. Eu acho que o Laboratório não tinha alternativa e nós somos solidários aos funcionários, que são nossos colegas e estão lá para trabalhar. Não foram eles que bloquearam o laboratório, o B.O. não é contra eles.

Em relação ao Mario Gatti, eu acho que tenho que dizer ao nosso Presidente da Comissão de Saúde, convidar o Presidente do Mario Gatti para tirar algumas dúvidas. A dona Joana fez um discurso muito político, mais político do que... Ela não apontou, por exemplo, na área de recursos humanos nós contratamos duas mil e quinhentas pessoas até o momento para a saúde, eu não sei o que a senhora quer dizer. Estamos tentando, com empregos públicos, com concursos públicos, com exceção dos ACS, que são empregos públicos, são celetistas, todos os outros são concursados. Não temos mão de obra contratada de outra maneira.

A questão de material e medicamentos eu também gostaria de saber exatamente do que nós estamos falando, porque existem conjunturalmente algumas faltas, isso... Dizer para a senhora que nunca vai faltar alguma coisa não é verdade, alguma ou outra coisa vai faltar, se a senhora entrar hoje na nossa rede de medicamentos, a senhora vai encontrar um ou outro medicamento... Mas o portal da transparência, nós colocamos quais são os medicamentos que estão faltando, porque que está faltando e quando vai ser normalizado. Está lá na rede. Hoje qualquer um de vocês, qualquer cidadão pode fazer isso.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): E que possa ir até a unidade *[ininteligível]*.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Em relação à mamografia, na minha fala eu disse, que se alguma mulher precisar de uma mamografia amanhã, ela fará amanhã. Se ela tiver uma suspeita de câncer de mama, não tem por... não vai entrar na fila.

Agora as mulheres, elas podem programar sua monografia ao longo do ano. Nós estamos em março: se ela quiser fazer em outubro, já deixa programado; para novembro, já deixa programado. Eu estou dizendo, nós temos uma fila, já disse na minha apresentação, de 2.000 e poucas mulheres e nós fazemos 1.200 monografias. Certo? Quer dizer, entram novas mulheres,

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

claro, ao longo do... mas o nosso giro é de aproximadamente de 2 a 3 meses, e nós estamos tomando algumas medidas, nós estamos comprando mais um mamógrafo, e o acordo com o Barretos terá dois mamógrafos móveis que vão rodar a cidade. Então, nós vamos ter sobra de oferta de mamografia, tão logo a gente... A compra do mamógrafo já está sendo feita, eu acho que já até empenhamos, já deve chegar logo. E a questão de Barretos é ao longo deste ano, provavelmente mais para o final do ano, vão ter essas duas carretas que vão virar a cidade inteira de maneira proativa para que a mamografia fique perto das pessoas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Perfeito. Eu quero aqui dizer à Dona Joana que os conselhos são muito importantes, e nós aqui da Comissão de Saúde, todos os vereadores, se a senhora tiver alguma questão que seja importante para a gente poder estar lá fazendo a fiscalização, que possa vir até a comissão, a esta Casa, que nós faremos em conjunto com certeza.

Quero passar agora a palavra Vereador Marcos Bernardelli para fazer suas questões finais, e agradecendo já a presença de vossa excelência também.

SR. VEREADOR MARCOS BERNARDELLI (PSDB): Sr. Presidente, eu tenho que concluir dizendo que realmente algumas coisas, ou muitas coisas, mudaram de quando nós tomamos posse em 2013, nesta Casa, para os dias de hoje, no que diz respeito à saúde pública.

É claro que nós estamos vivendo ainda não uma paz, como vivemos na política no nosso município, porque a paz não é significado de problemas. Mas nós já avançamos bastante, avançamos muito, talvez a contragosto de uns. Mas esse veículo que teve as suas quatro rodas substituídas no decorrer desses três anos, que é o município, realmente encontrou o seu eixo. E repito: há problemas, temos problemas, mas ele estão sendo realmente enfrentados e confrontados olho a olho, sem serem escamoteados, sem serem escondidos e assim o é aqui, nesse Plenário.

Nós respeitamos posicionamentos de todos os vereadores, principalmente os vereadores da oposição, mas hoje era um dia para que eles estivessem aqui, sem sombra de dúvida, porque, lamentavelmente sem essa possibilidade de uma discussão mais aprofundada, comparecem depois na tribuna e com, talvez, meias informações, alardeiam que o município está, no que diz respeito à saúde, no fundo do poço. Não estamos, não. Não estamos porque nós começamos a acompanhar desde o início da nossa chegada aqui. Eram três ou quatro áreas com situações realmente a serem resolvidas e cada qual, a seu momento, a política desenvolvida pelo Executivo vem sendo a contento.

Quero agradecer mais uma vez a presença do Secretário Carmino e de todos os integrantes da sua equipe. Agradecer a presença também do Mariante, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, e em vossa pessoa cumprimento todos os munícipes aqui presentes.

Muito obrigado, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Muito obrigado, Vereador Marcos Bernardelli.

Eu queria agradecer também o Reinaldo, já passando, também, se você quiser fazer alguma consideração final, Reinaldo, agradecendo a sua explanação aqui também pelo Fundo

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Municipal de Saúde.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Eu agradeço a todos os presentes, a quem está nos assistindo em casa.

E o Fundo Municipal, os telefones estão lá, estão à disposição para qualquer um que queira verificar qualquer um dos números aqui apresentado no sistema contábil da Prefeitura de Campinas e da Secretaria de Saúde.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Vereador Bernardelli, pelo apoio, sempre presente. Muito obrigado, Vereador Gilberto Vermelho, e a todos da Casa que vocês representam.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, Reinaldo.

Agora eu passo, já agradecendo a presença, ao Secretário, dr. Carmino, por ter vindo a esta Casa. Eu acho que nós, homens públicos, devemos satisfação à população, e isso, com certeza, cumprindo com aquilo que determina a lei, nós procuramos fazer de forma correta e já agradeço o senhor também pela presença.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Muito rapidamente queria agradecer a recepção aqui nesta Casa. Eu acho que nós temos tido um relacionamento extremamente produtivo, profissional, compromissado. Eu tenho certeza que tenho me esforçado muito para cumprir as minhas funções. Eu estou aqui cumprindo uma função que é constitucional, mas estou à disposição da Casa a qualquer momento, em qualquer circunstância, para a gente discutir qualquer problema que eventualmente possa existir.

Eu acho que um gestor, seja ele o Secretário ou qualquer outro gestor, acima de tudo tem que dar exemplo, tem que chegar cedo, sair tarde, estar do lado dos seus... das pessoas que trabalham junto, ouvir bastante – eu ouço muito, eu tento acertar, pode ser que eu erre em alguns momentos, pode ser... mas não tenho dúvida do compromisso público que essa equipe toda aqui tem em relação à saúde pública. A saúde é um desafio, em qualquer lugar do mundo, a saúde sempre será um grande desafio. Ela perdeu o primeiro lugar de ser o maior desafio em Campinas por conta da crise econômica, a grave crise de desemprego, então a gente perdeu o primeiro posto de maior preocupação da população. Hoje a maior preocupação realmente é a questão do emprego.

Mas eu acho que a saúde sempre será muito importante, porque é o maior bem individual de cada um de nós. A ideia de mostrar esses indicadores para todos vocês é para que a gente enxergue dentro de um panorama maior, com uma lente mais ampliada, do que está acontecendo. Às vezes em uma lente muito estreita a gente tem dificuldade de entender o conjunto. Então, trazer para vocês esse panorama econômico, mostrando o compromisso do Governo na alocação de recursos, como foi mostrado. Nós estamos mais de 29%, é muito, realmente não tem o que falar, é expressivo.

Uma outra coisa que eu quero deixar claro é o seguinte: a saúde de Campinas, as nossas secretarias, tiveram uma nota B+ do Tribunal de Contas do Estado. Foi a melhor nota que nós já tivemos, as nossas contas foram aprovadas, todas elas, e tivemos uma nota que eu cumprimento todos os meus companheiros lá, meus comandados lá, porque é uma nota fabulosa. Nós tivemos dois reparos que o Tribunal de Contas colocou na nossa gestão, que são reparos que estão ligados

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvania Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

ao alvará e a questão do Corpo de Bombeiros nas unidades. Todos os outros indicadores de gestão da nossa secretaria foram indicadores... todos eles muito elogiosos.

E eu me lembro a primeira vez que eu fui ao Tribunal de Contas, que um conselheiro me disse: "Olha, cada processo que chega de Campinas aqui eu arrepio". Eu falei: "O que eu estou fazendo aqui?" Não é verdade? Quer dizer, então ter as contas aprovadas e ter uma nota de gestão de quem olha, de quem controla por lá, do jeito que nós tivemos, isso foi um grande ganho eu acho, uma grande conquista nossa.

Agora, há uma preocupação muito grande com esse ano de 2016. Realmente o cenário político e o cenário econômico são cenários muito desafiantes. Eu acho que nós temos que continuar trabalhando, nós não vamos de jeito nenhum... eu não sou uma pessoa que me lamento de nada, quem me conhece sabe que eu não tenho esse hábito, etc, mas há uma apreensão nesse momento no sentido de que a gente não perca aquilo que nós conquistamos. E que a gente consiga, dentro de um cenário de carência de dinheiro, queda de arrecadação, queda de repasses, atrasos de repasses...

Vocês viram pelos números que o Reinaldo mostrou que o Secretário de Saúde, ele provavelmente, ele paga mais do que o próprio Prefeito. É impressionante o volume de dinheiro que a gente não tem nem noção do que é, de tanto dinheiro que é. Mas é uma secretaria, hoje é a maior secretaria, é a maior secretaria em número de funcionários, é a maior secretaria... Mesmo a educação tendo uma vinculação de 25%, nós estamos em 29%. Então a Secretaria de Saúde hoje tem sido o maior gasto dentro do município.

Então acho que a preocupação nesse ano de 2016, ela é grande, para que a gente possa ultrapassar, ter um cenário eleitoral, que sempre é um fator complicador no nosso dia a dia, a gente espera que a gente tenha uma ultrapassagem serena desse ano, e a gente espera sinceramente que as questões políticas e econômicas melhorem, aclarem, para que a gente possa continuar trabalhando com serenidade, que eu acho que é o que a gente mais deseja. Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Está certo. Obrigado, dr. Carmino. Quero dizer que em nome da Câmara Municipal, que o senhor pode contar com esta Casa, porque muito sensível como sempre foi e é, nós estamos aqui para ajudar a cidade de Campinas.

Quero... pois não, Reinaldo, você quer...

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Só uma coisinha, a gente falou muito da questão orçamentária e financeira, mas eu esqueci de agradecer a presença do Diretor do DECOR, Contabilidade e Orçamento da Prefeitura, que tem sido um grande parceiro, assim, nas nossas necessidades, nos nossos encaminhamentos. João, muito obrigado a sua presença, viu? E aqui, só isso.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GILBERTO VERMELHO (PSDB): Obrigado, Reinaldo. Quero agradecer então aqui o Vereador vice-líder de Governo, o Vereador Marcos Bernardelli. Agradecer o Vereador Tico Costa, que passou por aqui. Agradecer a Sheila, lá do Departamento de Gestão Desenvolvimento da Secretaria de Saúde. Agradecer o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Paulo Mariante, obrigado pela presença. A dona Joana Júlia, Conselheira de Saúde do Distrito Norte. O Roverson Cardoso, representando aqui o Vereador André Von Zuben, o Lúcio

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvia Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Rodrigues, representando o Vereador Carlão do PT, o Jarbas Amaral, representando o Vereador Artur Orsi, e o Luis Miranda, representando o Vereador Pedro Tourinho.

Então, são agora 12h20, estamos encerrando a 6ª Audiência Pública, agradecendo a todos pela presença, e nós continuaremos trabalhando em prol da cidade de Campinas. Muito obrigado.

[fim da transcrição]

Transcrição da 6ª Audiência Pública de 2016, realizada aos 21 de março de 2016, às 9h30, na Sala Sylvania Paschoal da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66.

Legenda:

(F) palavra escrita através da fonética, podendo ter a grafia incorreta

-- interrupção da fala

Aviso:

Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.

Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.

Equipe:

Transcrição: Audrey Andrade de Queiroz, Erivelton Carlos de Oliveira, Paulo Scripchenko Campos, Rodrigo dos Santos.

Edição: Mateus Zanetti.

Revisão: Alexandre Siloto Assine